

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AMANDA CAROLINE NUNES DE AVELAR**

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ANGOLA E CHINA NO INÍCIO DO SÉCULO  
XXI**

Florianópolis

2014

**AMANDA CAROLINE NUNES DE AVELAR**

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ANGOLA E CHINA NO INÍCIO DO SÉCULO  
XXI**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador (a): Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Florianópolis, dezembro de 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (nove) à Aluna Amanda Caroline Nunes de Avelar na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----

Prof. Helton Ricardo Ouriques

-----

Prof<sup>a</sup> Pedro Antonio Vieira

-----

Prof. Daniel Ricardo Castelan

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu a vida, saúde e determinação para lutar por meus objetivos e alcançar as metas a que me proponho. Agradeço, também, à minha família - minha mãe, Mara, seu esposo João, meu pai Ivo, sua esposa Silvia e meus irmãos Pedro e Ivana -, que durante minha caminhada estiveram presentes e me apoiaram em cada uma das minhas decisões.

À minha mãe, meu agradecimento especial, por ter estado ao meu lado nos momentos difíceis, pelos conselhos, amor, carinho e paciência, principalmente durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos, obrigada pelo apoio e por entenderem minha ausência. Em especial, gostaria de agradecer à minha amiga Mariana Brandão, que me deu grande suporte na elaboração deste trabalho, lendo e relendo a cada atualização, para encontrar os erros que meus olhos cansados já não poderiam enxergar.

Ao meu Professor, Orientador e amigo, Helton Ricardo Ouriques, meu agradecimento pelo apoio e por ter acreditado neste projeto.

Obrigada a todos!

*"Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe."*

*(Clarice Lispector)*

## RESUMO

As reformas econômicas na China a partir da década de 1970 tornaram possível a abertura chinesa para o mercado internacional, promovendo o país a ator relevante nas relações internacionais a partir da década de 1990, principalmente. Além da abertura para a presença estrangeira no país, a China também se lançou no ultramar, investindo principalmente em países em desenvolvimento, como países da Ásia oriental, para angariar influência política e econômica regional, quanto em países da América Latina e África. Neste continente, em especial, a presença chinesa é marcada pela exploração de recursos naturais, principalmente petróleo. Em 2012 a África foi responsável por 10,9% da produção de petróleo mundial e a maior participação da África Subsaariana vem de Angola, país que estreitou as relações com a China no início do século XXI. Atualmente, Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo para a China e as relações sino-angolanas construídas a partir dos interesses de ambas as partes são configuradas como um casamento de conveniência entre os dois países, uma vez que a China atua como parceiro comercial e também como grande investidor internacional, contribuindo para a reconstrução do país africano que foi devastado durante a Guerra Civil Angolana entre os anos de 1975 e 2002.

## **ABSTRACT**

The Chinese economic reforms started on the 1970's have made possible its economy openness to the international trade market, promoting China to a relevant actor in international affairs from the 1990's. Besides the openness for foreign presence in the country, China has also lunched overseas, investing mostly in developing countries. East Asia, Latin America and Africa countries are the best examples and China has played this role in order to gather regional political and economic influence. Especially in Africa, the Chinese presence is marked by exploration of natural resources, mostly oil. In 2012, Africa was responsible for 10,9% of world total oil production and the higher participation of sub-Saharan Africa comes from Angola, a country that narrowed the relations with China at the beginning of the XXI century. Nowadays, Angola is the second largest oil supplier to China, and the Sino-Angolan relations built upon interests of both countries could be configured as a marriage of convenience between them, since China is one of Angola's majors trading partners and also its major international investor, contributing to the reconstruction of the African country, which was devastated during the Angolan civil war that lasted from 1975 to 2002.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exportações angolanas de acordo com os destinos .....	48
Figura 2: Importações angolanas de acordo com a origem .....	50



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações de petróleo bruto por Angola em relação ao PIB .....	26
Gráfico 2: Porcentagem de crescimento anual do Produto Interno Bruto Chinês em comparação aos Estados Unidos da América .....	35
Gráfico 3: Evolução do Produto Interno Bruto Chinês .....	35
Gráfico 4: Evolução do PIB per capita chinês.....	38
Gráfico 5: Evolução do volume de comércio internacional da China.....	39
Gráfico 6: Fluxo de Investimentos Diretos Externos na China.....	40
Gráfico 7: IDEs na China como porcentagem do PIB.....	42
Gráfico 8: Evolução do volume de comércio entre China e Angola.....	47
Gráfico 9: Balança comercial China-Angola.....	47
Gráfico 10: Composição do PIB comparada às receitas das exportações de petróleo em Angola	53
Gráfico 11: Consumo versus Produção de energia na China em porcentagem.....	54
Gráfico 12: Consumo <i>versus</i> produção de energia na China.....	55
Gráfico 13: Produção e consumo de petróleo na China .....	56
Gráfico 14: Consumo de petróleo na China por setor .....	58
Gráfico 15: Evolução das importações de petróleo bruto pela China .....	59
Gráfico 16: Evolução das exportações de petróleo bruto pela China.....	59
Gráfico 17: Composição das importações chinesas provenientes de Angola .....	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxo de Investimentos Diretos Externos da China .....	40
Tabela 2: Evolução dos IDEs chineses a cada 10 anos .....	41
Tabela 3: Exportações de Angola por produto .....	51
Tabela 4: Consumo de petróleo pela China por setor.....	57
Tabela 5: Principais fornecedores de petróleo para China .....	61
Tabela 6: Fluxo de IDEs chineses para a África .....	64

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	ANGOLA .....	16
2.1	A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA .....	16
2.2	A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E A GUERRA CIVIL .....	17
2.3	O FIM DA GUERRA CIVIL EM ANGOLA.....	20
2.4	ANGOLA NO CONTEXTO DO BOOM DAS COMMODITIES .....	21
2.4.1	O <i>boom</i> das commodities .....	21
2.4.2	Quadro econômico de Angola .....	24
2.5	A ECONOMIA PETROLÍFERA EM ANGOLA .....	25
2.6	ESTÍMULO DO EFEITO-CINA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE ANGOLA NOS ANOS 2000.....	27
3.1	A HISTÓRIA DA CHINA ENTRE 1949 e 1978.....	31
3.2	A REFORMA ECONÔMICA E O PRAGMATISMO DE DENG XIAOPING .....	33
3.3	A CHINA NOS DIAS ATUAIS .....	37
3.4	CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS ESCASSEZ DE RECURSOS .....	42
4.1	HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS .....	45
4.2	FLUXO DE COMÉRCIO ENTRE ANGOLA E CHINA.....	46
4.3	O PAPEL DO PETRÓLEO NAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS .....	50
4.3.1	Produção de petróleo em Angola.....	50
4.3.2	Consumo energia na China.....	53
4.3.2.1	<i>Consumo de petróleo na China</i> .....	56
4.4	FLUXO DE INVESTIMENTOS CHINESES EM ANGOLA .....	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	69
	REFERÊNCIAS .....	73

## 1 INTRODUÇÃO

A ascensão da China como ator relevante nas relações internacionais a partir da década de 1990, principalmente, bem como a dinâmica das relações internacionais nos países da Ásia Oriental, tornaram-se questões de debates e estudos entre diversos intelectuais das Relações Internacionais, das Ciências Econômicas e Sociais, entre outros. Neste debate sobre a ascensão da China no cenário internacional, destaca-se Arrighi.

Para o autor, o mundo passa por uma transformação sistêmica, em que o epicentro das relações internacionais é transferido do Ocidente para o continente asiático, onde está centrada a nova dinâmica da economia mundial. Ademais, em sua obra “Adam Smith em Pequim”, o autor sugere que o novo grande poder emana da China, gigante asiático que tem ultrapassado a economia dos EUA em muitos aspectos.

Frente a este cenário de expansão, buscam-se constantemente respostas e explicações para estas transformações do cenário internacional. Dentre outras explicações, uma das mais cabíveis é a de que a China, bem como outros países da Ásia Oriental, não tomaram, em geral, decisões políticas e econômicas de acordo com o Consenso de Washington. Este talvez tenha sido uma das causas do “fracasso” latino-americano, cujo crescimento divergiu e muito daquele apresentado pela China e outros países asiáticos, embora suas características e circunstâncias tenham sido semelhantes nas décadas de 1970 e 1980.

A decisão da China e de outros países da Ásia oriental de não admitir se submeter ao Consenso de Washington, como o fizeram muitos países latino-americanos, foi sábia, segundo Arrighi. Ao contrário do que fizeram estes últimos, a China abriu gradativamente sua economia a partir da década de 1980: o fluxo de comércio aumentou, bem como a presença de empresas estrangeiras no país e houve entrada massiva de investimentos externos.

O que diferencia, então, o movimento de abertura da década de 1980 tanto na América Latina quanto na Ásia foi a maneira como o governo se colocou e atuou diante das novas mudanças de cenário. Na China, o Estado atuou de modo a garantir que a presença estrangeira estivesse ao seu favor, empregando mão de obra local, investindo em ciência e tecnologia e adquirindo o know-how tecnológico estrangeiro. Ademais, o governo chinês estimulou a formação de *joint ventures* entre empresas estrangeiras e locais e estimulou a

concorrência entre empresas, a fim de reduzir ao mínimo os lucros das mesmas e produzir bens de baixo custo que proporcionassem ao país vantagem competitiva no cenário internacional.

Além da abertura para a presença estrangeira no país, a China também se lançou no ultramar, investindo tanto em países da Ásia oriental, para angariar influência política e econômica regional, quanto em outros países em desenvolvimento. Segundo Arrighi, essas relações com países terceiro mundistas se intensificaram após a Guerra do Iraque, quando muitos países antes influenciados pelos EUA deixaram de apoiá-lo. O autor explica que

o surgimento da China como a verdadeira vencedora da guerra ao terror dos Estados Unidos resultou na inversão da influência dos dois países na Ásia Oriental e no mundo em geral. Uma das expressões dessa inversão foi o que Joshua Cooper Ramo chamou de Consenso de Pequim: o surgimento, liderado pela China, de um “caminho para os outros países do mundo” não só se desenvolverem, mas também “se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas [...]”. (ARRIGHI, 2008, p. 383)

Isto é, a China se posicionou como parceiro estratégico destes países em desenvolvimento, tanto em termos diplomáticos quanto econômicos. Tem se apresentado, neste sentido, como o maior exportador e importador de bens de muitos países em desenvolvimento, e também grande investidor nesses países, em um movimento de intensificação das relações Sul-Sul. Deste modo, a China tem se comportado como grande propulsor de crescimento das relações comerciais e financeiras de muitos países em desenvolvimento, tanto de seus vizinhos no continente asiático, como em países da América Latina e África.

Segundo Ouriques (2014), A China assumiu a posição de maior receptor de Investimentos Diretos Externos (IEDs) na última década, além de se comportar também como exportador de IEDs a partir dos anos 2000, tendo seu estoque de IED no exterior passado de 25 bilhões em 1999 para 230 bilhões de dólares em 2009 (Ouriques, 2014). Dentre os motivos para tal evolução, Ouriques aponta os seguintes:

aumento das reservas cambiais, fortalecimento do mercado e da demanda interna, elevação do nível de renda da população, redução da pobreza no campo, dinamização da indústria e da atividade exportadora gerando ganhos de escala, entre outros. O progresso e o crescimento constantes levaram a China a ocupar a posição de centro gravitacional do desenvolvimento regional asiático e exercer influência direta nas cadeias de produção e nos fluxos comerciais globais. (OURIQUES, 2014, p. 3)

A grande razão para o novo posicionamento da China perante países em desenvolvimento, neste sentido, é seu constante crescimento econômico. Isto é, para manter o ritmo de crescimento elevado e garantir o atendimento de sua demanda interna por matérias-primas, a China tem promovido políticas de aproximação e parcerias estratégicas com países ricos em recursos naturais, forte característica de países em desenvolvimento, principalmente países do continente africano.

Percebe-se, portanto, a partir da última década o surgimento de um movimento de aproximação estratégica com países do continente africano, sobretudo aqueles que são grandes produtores de recursos naturais, como o petróleo, outros minerais e matérias-primas, primordiais para a manutenção do crescimento da indústria chinesa e de sua economia como um todo. Neste sentido, a fim de oficializar as relações com seus novos parceiros e para garantir o interesse chinês pelos bens primários oferecidos por países africanos, foi criado no ano de 2000 o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), como um mecanismo para promover as relações comerciais, diplomáticas, relativas à segurança e também sobre investimentos entre o gigante asiático e países africanos (OLIVEIRA, 2008).

Igualmente, a presença chinesa na África também traz benefícios para muitos países que atualmente mantém relações com o país asiático, uma vez que recebem muitos investimentos de multinacionais chinesas, principalmente no setor petrolífero e de extração. Mas, são relevantes também os investimentos no setor de construção civil, que como contrapartida do fornecimento de matérias-primas e pelo fácil acesso a tais recursos, são subsidiados pelo governo chinês – em sua grande parte - para a construção de obras públicas nos países africanos. Tais investimentos normalmente são pagos pelos governos africanos através do fornecimento de petróleo e outras matérias-primas, além da cessão de licitações para exploração de recursos.

Segundo Oliveira (2008), a China promove, neste sentido, projetos de infraestrutura e extração em diversos países africanos: por exemplo, na Etiópia está sendo construída a maior represa do Rio Tekeze; no Congo se está investindo na indústria de extração de cobalto, cobre e na construção de rodovias; em Uganda os investimentos são direcionados à agricultura e indústria têxtil, principalmente, além de melhoria das infraestruturas de hospitais e escolas. Mas, é especialmente nos países produtores e exportadores de petróleo que a China se faz mais presente.

Este é o caso de Angola, Nigéria e Líbia. Segundo Ouriques, “A África, em 2012, foi responsável por 10,9% da produção do petróleo mundial, de acordo com relatório da *British Petroleum* (2013). [Ainda] segundo a mesma fonte, Angola respondeu por 2,1% da oferta; Nigéria ofertou 2,8% do petróleo mundial e Líbia, 1,7%.” (OURIQUES, 2014, p. 5)

A China, por sua vez, é o segundo maior consumidor de petróleo no mundo, segundo dados da *U.S. Energy Information Administration* (EIA). Entretanto, no país se produz apenas 50% do petróleo consumido, aproximadamente, o que conduz a China a importar os 50% restantes.

De todo o petróleo importado pela China, mais de 20% são provenientes da África, segundo dados do *Comtrade Database*<sup>1</sup>. E destas importações o maior volume tem origem em Angola, que desde o início dos anos 2000 tem figurado como um dos principais fornecedores de petróleo para a China, ficando atrás apenas da Arábia Saudita.

Diante deste cenário, Angola se coloca como seu principal parceiro estratégico entre os países africanos, pois além de ser o principal fornecedor de petróleo para a China, Angola é também um dos principais destinos dos IEDs chineses na África. No país, a presença chinesa é marcada pela reconstrução de sua infraestrutura, amplamente devastada durante a Guerra Civil, entre os anos de 1975 e 2002.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo, deste modo, apresentar um panorama geral das relações comerciais entre China e Angola, principalmente a partir do início do século XXI, tendo em vista sua expressão, tanto em termos de comércio de petróleo quanto em termos da relevância que tais relações têm para o crescimento econômico e desenvolvimento em Angola. Outro objetivo é identificar as possíveis origens dessas relações e seus impactos imediatos. Ficará evidente, daqui em diante, que as relações comerciais que se constroem entre os dois governos têm como principal elo o petróleo, mas que as mesmas não se restringem à comercialização deste recurso.

O presente trabalho está dividido em quatro principais seções. No primeiro capítulo será apresentada Angola, suas principais características, história e relevância do petróleo para sua economia e, logo, seu desempenho no recente episódio do boom das commodities; no segundo capítulo será feita uma breve apresentação da evolução da China a partir das reformas

---

<sup>1</sup> *Commodity Trade Statistics Database* das Nações Unidas é uma plataforma onde se encontram dados detalhados sobre importações e exportações de aproximadamente 200 países ao redor do mundo.

econômicas iniciadas na década de 1970, seu atual desempenho econômico e sua consequente demanda por recursos naturais, principalmente commodities, que suscitaram a necessidade de estreitamento de laços com países fornecedores de tais recursos.

No terceiro capítulo, será dado destaque para o tema a que se propõe este trabalho, qual seja a evolução das relações sino-angolanas em um cenário de crescente demanda por petróleo por parte da China e, também, de necessidade de reconstrução do país por parte de Angola. E a última seção, finalmente, tratará das conclusões a que a pesquisa sobre o tema proposto gerou e também fomentará algumas questões relevantes sobre as quais se poderá tratar em trabalhos posteriores.



## 2 ANGOLA

Angola, país localizado na região da África Subsaariana, tem, aproximadamente, 21,4 milhões de habitantes, segundo dados do Banco Mundial, e é considerado um dos países mais prósperos da sua região, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 121,7 bilhões de dólares e PIB per capita de 5,6 mil dólares no ano de 2013, valores que eram de 9,1 bilhões e 655 dólares no ano 2000, respectivamente. Angola é também o quarto maior país em território no continente africano e faz fronteira com o Congo, ao norte, República Democrática do Congo e Zâmbia a leste e ao Sul com a Namíbia. Sua costa, a oeste, é banhada pelo Oceano Atlântico (CACUTO, 2001). Na capital Luanda se concentra a maior parte da população angolana.

A moeda oficial de Angola é o Kwanza. Uma unidade de Real vale, aproximadamente, 40 kwanzas, isto é, 1 Kwanza é equivalente a 3 centavos de Real.<sup>2</sup> O idioma oficial de Angola é o português, porém, há outros idiomas nacionais no país que se diversificam de acordo com as regiões e etnias predominantes em cada uma delas. Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote, Nganguela são as mais faladas, segundo o portal do Governo de Angola<sup>3</sup>.

Os principais indicadores sobre população e renda não são animadores do ponto de vista de países desenvolvidos, porém encontram-se a frente ou são semelhantes aos de outros países africanos em vias de desenvolvimento. A expectativa de vida no país é de 51 anos de idade e a mortalidade infantil é de 100 para cada 1000 crianças nascidas (até completar um ano de idade)<sup>4</sup>.

### 2.1 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Angola, assim como São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, foi colonizada por Portugal. Foram quase 500 anos de colonização, marcados pela exploração da mão-de-obra escrava, tanto em território angolano quanto em outras colônias portuguesas, inclusive o Brasil.

---

<sup>2</sup> Banco Central do Brasil

<sup>3</sup> Portal do Governo de Angola. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>

<sup>4</sup> Banco Mundial

Segundo o portal do Governo de Angola, Paulo Dias Novais foi o primeiro governador português a chegar a Angola e trouxe consigo cerca de 100 famílias de colonos e algumas centenas de soldados para colonizar o novo país. O principal objetivo da colonização portuguesa em Angola era adquirir recursos naturais, como borracha e marfim, que geravam elevados lucros para Lisboa, e promover o tráfico negreiro. Ademais, com o fim da monarquia em Portugal, em 1910, tem início a exploração de diamantes em Angola, para a qual foi fundada, em 1921, a Diamang – Companhia de Diamantes de Angola.

Foi assim que, até o início do século XX Portugal exercia uma presença marcada pela exploração da mão de obra escrava, da economia agrícola e exploração de marfim e diamantes. Angola produzia, entre outros produtos, o café robusto e em 1970 ocupou o quarto lugar no ranking dos maiores produtores de café no mundo. Ademais, a economia agrícola entre as décadas de 1950 e 1960 foi responsável pelo boom de crescimento econômico do país no mesmo período (CACUTO, 2001).

Na virada do século XIX para o século XX, e, principalmente, após a quebra da Bolsa de Nova Iorque de 1929, os países europeus, entre eles Portugal, passaram a explorar mais a fundo as riquezas de suas colônias, a fim de sustentar suas economias. Com isso, Angola sofreu mais com as retiradas de seus recursos em quantidades desmedidas e sem a devida recompensa e com a exploração de sua mão de obra.

A descoberta de petróleo e a exploração de diamantes em Angola atraíram capitais internacionais que se instalaram no país e obtiveram direitos exclusivos de exploração destes recursos naturais. Percebe-se, neste sentido, o início de um processo de dependência de capital estrangeiro para a manutenção do crescimento econômico e exploração dos recursos naturais no país, que será discutido mais adiante. Esse é, também, o início de um alinhamento do país com o setor petrolífero e, logo, da decadência de outros setores da economia que foram preteridos em relação àquele.

## 2.2 A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E A GUERRA CIVIL

Após a II Guerra Mundial, o continente africano foi marcado por diversos movimentos de independência, cujo objetivo era o desvencilhar Angola das colônias do domínio das metrópoles. Em Angola, no mesmo período, inicia-se a formação de organizações políticas

que pretendiam tornar o país independente. Segundo o Portal do Governo de Angola, tais organizações políticas

Promovem campanhas diplomáticas no mundo inteiro, pugnando pela independência. O Poder Colonial, não cederia, no entanto, às propostas das forças nacionalistas, provocando o desencadear de conflitos armados directos, a “Luta Armada”. Destacaram-se na “Luta”, o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) fundado em 1956, a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola) que se revelou em 1961 e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) que foi fundada em 1966.

Então, após quase dez anos de conflito entre as forças independentistas – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) - e as Forças Armadas de Portugal, a independência foi estabelecida pelo Acordo de Alvor em janeiro de 1975.

Segundo Cacuto (2001), O Acordo de Alvor estabeleceu que Angola seria controlada por um governo transitório até novembro do mesmo ano, mês em que se elegeria um governo formado por membros dos três principais partidos/grupos e também do governo português. Entretanto, o MPLA, liderado por Agostinho Neto, rompeu com o acordo e incitou o início de lutas violentas em Luanda em maio de 1975.

Neste sentido, ainda no mesmo ano, as forças independentistas iniciam um conflito entre si pelo controle político de Angola. Deste modo, teve início a guerra civil angolana que se prolongou até o ano de 2002. A raiz do conflito civil está nas divergências existentes entre o MPLA, UNITA E FLNA.

Segundo Cacuto (2001), o MPLA, fundado por Antônio Agostinho Neto em 1956, representava a defesa do socialismo como sistema político e seus ideais estavam alinhados aos da URSS, da qual recebeu apoio. Do lado oposto, a FLNA, liderada por Holder Roberto e fundada em 1954, era a força que, em conjunto com a UNITA – liderada por Jonas Savimbi e fundada em 1966 –, lutava para conter o avanço do MPLA, de seus ideais socialistas e para defender o capitalismo e ideais ocidentais em Angola. Assim, inseridos em um contexto de Guerra Fria, o MPLA recebia apoio da URSS e de Cuba, ao passo que o FLNA e UNITA receberam ajuda dos EUA, África do Sul e mesmo da China – que esteve também ao lado do MPLA em outras situações.

Porém, as dissidências entre os grupos não dizem respeito apenas às divergências de seus ideais. Segundo Cacuto, “Na base destas diferenças situavam-se não apenas vaidades pessoais e disputas políticas, mas profundas distâncias ligadas à histórica relação entre as muitas tribos e etnia africanas” (2001, p. 27).

Deste modo, em março de 1975, apenas dois meses depois de assinado o Acordo de Alvor, as divergências entre a FLNA e o MPLA levaram a um confronto armado que envolveu a população angolana – esta que havia sido armada por membros do MPLA. Já em maio, membros do da FLNA e da UNITA que compunham também o Governo de Transição estabelecido pelo Acordo de Alvor foram expulsos do governo e de Luanda pelo MPLA.

E, em 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou a República Popular de Angola, sob a presidência de José Eduardo dos Santos, que cumpriria, a partir de então, um mandato de mais de 20 anos no poder. O governo que se estabeleceu era de cunho socialista, logo era desaprovado pela maioria das nações ocidentais.

Neste sentido, Angola tornou-se também palco da Guerra Fria: de um lado o MPLA, Cuba e URSS; de outro FLNA, Zaire, China e UNITA, Estados Unidos e África do Sul. Muitos conflitos marcaram o país em uma guerra sangrenta que duraria até o ano de 2002, apesar de algumas tentativas de estabelecer a paz, inclusive uma tentativa de eleições presidenciais em 1992 sob mediação das Nações Unidas.

Apenas quase meio século após o início da Luta Armada e 27 anos após a proclamação da Independência, a paz foi consolidada em Angola, segundo dados do governo. A Guerra Civil que durou até 2002 teve seu fim com a assinatura dos Acordos de Luena, em 4 de abril daquele ano.

Como resultados do conflito civil em Angola estão a morte de milhares de civis angolanos, cerca de um milhão de refugiados e a ruína da economia e da infraestrutura angolana. Durante os anos de guerra civil, Angola apresentou taxas de crescimento econômico instáveis, que variavam entre -24,7% em 1983 a 13,82% em 2002, segundo dados do Banco Mundial.

Durante o governo de Eduardo Santos, o sistema bancário de Angola foi estatizado, contra o domínio do capital privado, e as políticas econômicas, como manutenção de preços, ficaram a cargo dos bancos nacionais que o mantinham estável, sem qualquer alteração, mesmo que houvesse mudança de preços de produtos a nível internacional. Deste modo, segundo

Cacuto, qualquer crescimento econômico foi impedido, tendo em vista que a não alteração de preços não incentivava a oferta de bens e mesmo a concorrência no mercado interno.

Por outro lado foram concedidas licenças de exploração de diamantes e petróleo para algumas poucas empresas transnacionais com capacidade tecnológica para tal. Estas circunstâncias elevaram a dependência de Angola em relação ao capital estrangeiro. Segundo Cacuto,

Esta dependência econômica em relação aos investimentos estrangeiros na prospecção de petróleo, 'seria funcional para a economia angolana no primeiro momento (especialmente nos anos iniciais do regime socialista). Porém, mais tarde, revelar-se-ia perigosa e perversa, sobretudo, porque Angola tornar-se-ia também, suscetível às alterações impostas pelos humores do mercado internacional do petróleo. A crise da década de 80, sobretudo 85 e 86, resultaria em sérias dificuldades na sua balança de pagamentos e fosse obrigada a recorrer fortemente ao endividamento externo, compulsório até certa medida. (CACUTO, 2001, p. 31)

Logo, o quadro que se estabeleceu em Angola durante e nos primeiros anos após o fim do conflito civil foi de dificuldades: baixo crescimento econômico, dependência de capital estrangeiro, dívida externa, estruturas à ruína e devastação social. O país deveria ser reconstruído por completo e, para tanto, seria necessário auxílio internacional, tanto através de novos empréstimos como através do estabelecimento de relações comerciais capazes de recuperar a balança de pagamentos do país.

### 2.3 O FIM DA GUERRA CIVIL EM ANGOLA

Nos anos subsequentes ao fim da guerra civil, Angola passa por um processo de reconstrução de suas estruturas social e econômica, bem como de suas infraestruturas. O país passa a apresentar melhorias significativas em sua economia, com geração de renda, elevação do PIB, aumento do fluxo de comércio exterior e entrada de investimentos. Tanto os fluxos de comércio quanto de investimentos foram, em grande parte, incentivados pelo boom das commodities dos anos 2000, uma vez que Angola é um país rico em recursos naturais, como petróleo e outros minerais.

A necessidade de reconstrução de Angola, aliada à elevada oferta de tais recursos, proporcionou ao país um casamento de conveniência com a China. O país asiático passa, então, a ser um dos principais responsáveis pela lenta, mas progressiva recuperação do país africano.

## 2.4 ANGOLA NO CONTEXTO DO BOOM DAS COMMODITIES

Nesta seção, será apresentado um panorama geral do episódio do boom das commodities nos anos 2000 e como Angola se insere neste cenário.

### 2.4.1 O boom das commodities

Os preços das commodities, assim como de outros bens que circulam nas redes de comércio internacional, sofrem variações constantes. A elevação ou baixa nos preços está fortemente relacionada a um ou mais fatores, quais sejam, o contexto histórico pelo qual passa o mundo; o comportamento do mercado internacional de bens, através das leis de oferta e demanda; o crescimento ou crises econômicas; fenômenos climáticos, entre outros.

Ao longo do século XX as commodities agrícolas e industriais, como matérias-primas metálicas, principalmente, sofreram queda nos preços internacionais em relação aos bens manufaturados, devido, principalmente, à inovação tecnológica no campo e na indústria. Segundo Black, houve redução nos custos de produção de commodities agrícolas pela mecanização do campo, bem como pelo maior uso de fertilizantes. E, em relação à indústria, o consumo de commodities industriais, principalmente aço, ferro e cobre, teve leve redução em decorrência da ascensão e maior emprego da tecnologia da informação nos processos produtivos. Nas palavras da autora,

O século XX é marcado por descobertas de novas fontes e inovações (mecanização e revolução verde), as quais reduziram custos de produção. Também houve utilização de fertilizantes em larga escala, o que provocou aumento de produtividade. Houve uma maior eficiência no sentido de redução de desperdícios e menor utilização de insumos por unidade de produto. Isso se intensificou após a segunda metade do século e pode ser atribuído à mudança de padrão industrial, com o fim do fordismo e a ascensão de um novo modelo, com predomínio da tecnologia de informação. (BLACK, 2013, p. 68)

Prates também reforça esta ideia ao argumentar que durante o século XX houve elevação da renda mundial, entretanto este fenômeno não teria provocado aumento da demanda por commodities agrícolas, tendo em vista a inelasticidade desta demanda em função da renda, ou por commodities industriais. A autora explica que a mudança no padrão tecnológico, com maior

intensidade de uso de tecnologia, reduziu a demanda por commodities industriais e provocou a elevação do consumo de bens de maior valor agregado em tecnologia:

Um dos fatores ressaltados por Prebisch (1951) continuou presente e até se intensificou na segunda metade do século passado: a menor elasticidade-renda da demanda pelos bens primários vis-à-vis aos bens industrializados. Prebisch apresentou duas explicações para essa diferença: (i) as mudanças no padrão de consumo que acompanham o crescimento da renda resultam numa menor taxa de crescimento da demanda por alimentos e, assim, numa participação decrescente desses bens no consumo final (a chamada Lei de Engel); (ii) no caso das matérias-primas agrícolas, a discrepância entre o crescimento da renda e da demanda decorreria dos efeitos do progresso técnico na indústria do centro, o qual redundaria em menor utilização de insumos por unidade de produto. Essa última explicação aplica-se, igualmente, às commodities industriais em geral, derivadas de matérias-primas metálicas (aço, ferro, cobre etc). No caso desses bens, a mudança no padrão industrial e tecnológico (fordista para tecnologia de informação) também explica o menor crescimento da demanda relativamente à produção e à renda mundial após os anos 80, por duas vias: menor intensidade na utilização desse tipo de insumo; e impactos das inovações tecnológicas nos padrões de consumo, que resultam em fortes aumentos de gasto em outras categorias de produtos, principalmente bens manufaturados de maior conteúdo tecnológico (caso, por exemplo, dos computadores). (PRATES, 2007, p. 325)

Durante a década de 1970, entretanto, os dois choques do petróleo e a desvalorização do dólar provocaram elevação relativa nos preços das commodities, tanto agrícolas quanto industriais. A natureza da relação entre preços do petróleo e commodities reside na elevação dos custos de transportes, dos fertilizantes e de processos industriais que utilizam o petróleo como insumo.

A partir desta década, então, foi inaugurado um novo período de oscilação nos preços das commodities, com baixa na década de 1990 e novo período de altas no início dos anos 2000. Porém, diferentemente da alta de preços nas décadas anteriores, o boom das commodities do século XXI foi atribuído tanto aos desequilíbrios entre oferta e demanda quanto à elevação no preço do petróleo, ao crescimento econômico mundial, ao efeito-China, à desvalorização do dólar, aos efeitos climáticos, entre outros.

Segundo Prates (2007), a alta do preço das commodities nos anos 2000 se deu em decorrência da elevação do PIB global e conseqüente elevação da demanda por esses bens, mas, principalmente, pela rápida expansão da economia chinesa. O chamado efeito-China elevou a demanda por diversos bens no mercado global, como recursos naturais e matérias-primas, primordiais para sustentar o crescimento populacional e da indústria chinesa.

A autora não deixa de citar outros fatores que contribuíram para a elevação dos preços de grupos específicos de commodities, fatores estes que considera específicos ou conjunturais. São eles: a redução de oferta causada por aumento nos custos de produção e elevação do preço do petróleo, que como citado anteriormente, contribui para o encarecimento da produção de algumas commodities e também dos custos de transporte.

Black (2013), por sua vez, concorda com a relevância das razões ponderadas por Prates, porém argumenta que não se deve subestimar a valorização do petróleo - causada por questões geopolíticas e pelo aumento nos custos de produção do setor -, bem como a desvalorização do dólar e as baixas taxas de juros. O dólar desvalorizado coloca em posição desfavorável as empresas e países exportadores de petróleo ou de outras commodities, que se antecipam aos prejuízos e elevam seus preços. E, por outro lado, as baixas taxas de juros incentivam o mercado financeiro de commodities, uma vez que os títulos de dívida pública se tornam menos atraentes.

Isto é, segundo a autora,

As constatações a partir dos dados do World Trade Organization (2011) sugerem que há outros elementos que devem entrar na análise dos determinantes de preços dos produtos primários. Conforme mencionado anteriormente, o panorama macroeconômico nos anos 70 compreendeu baixas taxas de juros dos Estados Unidos, desvalorização do dólar, especulação financeira e choques de petróleo. Curiosamente, esse arranjo macroeconômico em muito se assemelha ao período atual [...] Portanto, admite-se que, dentre as razões para o aumento do preço do petróleo, estão a desvalorização do dólar, a qual impacta negativamente as receitas de exportações, a questão geopolítica do nacionalismo dos recursos naturais e o encarecimento de custos de produção nesse setor. (BLACK, 2013, p. 71 e 74)

Helbling et al (2008) acrescenta que as economias emergentes – China, Índia e outros países do Oriente Médio – impulsionaram a demanda por commodities devido ao crescimento populacional e da renda. Este último fator é responsável, também, pela mudança nos hábitos de consumo destas populações, que incluem em suas dietas alimentos ricos em proteínas, como carnes, derivados de leite, grãos e frutos do mar, além de azeites, frutas e vegetais.

Os principais efeitos dessa sequência de acontecimentos/fatores são, ainda segundo os autores, os ganhos dos países exportadores de commodities e de petróleo, cujas balanças comerciais são favorecidas em relação aos países que importam estes bens:



From a broader perspective, the impact of higher commodity prices on global growth and inflation is not the only concern. Large-scale commodity price increases can raise external vulnerabilities of low- and middle-income net commodity importers through the deterioration in their trade balance. In this respect, the gradual broadening of the commodity price boom from oil to metals and food has helped many emerging and developing economies offset the adverse effects of higher oil prices through higher prices on their net commodity exports. (HELBLING et al, 2008, p.14)<sup>5</sup>

Deste modo, tendo em vista que as atividades econômicas de uma gama de países emergentes giram em torno da exportação de petróleo ou commodities, os autores afirmam que a elevação nos preços destes produtos é, em grande parte, responsável pelo crescimento vivenciado nos últimos anos por estas economias. É neste cenário que se enquadra o desempenho econômico de Angola na última década.

#### 2.4.2 Quadro econômico de Angola

Rica em recursos naturais, a economia de Angola até a segunda metade do século passado girava essencialmente em torno da produção agrícola. Segundo um relatório do Banco Mundial, *Angola Country Economic Memorandum* de 2006,

Prior to independence, Angola was better known as a coffee exporter than as an oil exporter. Angola was not only the world's fourth largest coffee exporter, but also exported over 400,000 MT of maize annually, making it one of the largest staple food exporters in Sub-Saharan Africa.<sup>6</sup>

A descoberta do petróleo no país na década de 1950, contudo, transformou o quadro econômico do país, que atualmente depende em 80%, em média, da produção e comércio deste recurso. Segundo a matéria *Angola: Rise of a New Superpower?* da *African Business* de 2012, o setor industrial compõe o PIB em 65%, aproximadamente, ao passo que os setores de serviços e agricultura correspondem a 25% e 10% do PIB, respectivamente. Já a atividade de

---

<sup>5</sup> A partir de uma perspectiva mais ampla, o impacto dos preços mais altos das commodities sobre o crescimento global e inflação não é a única preocupação. Aumentos de preços de commodities em grande escala podem aumentar as vulnerabilidades externas dos importadores de commodities de baixa e média renda através da deterioração da sua balança comercial. A este respeito, o aumento gradual dos preços das commodities desde óleos, metais e alimentos, tem ajudado muitas economias emergentes e em desenvolvimento a compensar os efeitos negativos dos preços do petróleo mais elevados através de preços mais elevados sobre as suas exportações líquidas de commodities.

<sup>6</sup> Antes da independência, Angola era mais conhecido como um exportador de café do que como um exportador de petróleo. O país não foi apenas o quarto maior exportador mundial de café, mas também exportou mais de 400 mil toneladas de milho por ano, tornando-se um dos maiores exportadores de alimentos básicos na África Subsaariana.

extração e comercialização de diamantes contribui para 5% do PIB. Entretanto, o petróleo e suas atividades relacionadas são responsáveis, sozinhos, por 80% do mesmo.

## 2.5 A ECONOMIA PETROLÍFERA EM ANGOLA

Atualmente, Angola é o segundo maior produtor de petróleo na África. Após a independência, a atividade petrolífera tornou-se a mais importante no país.

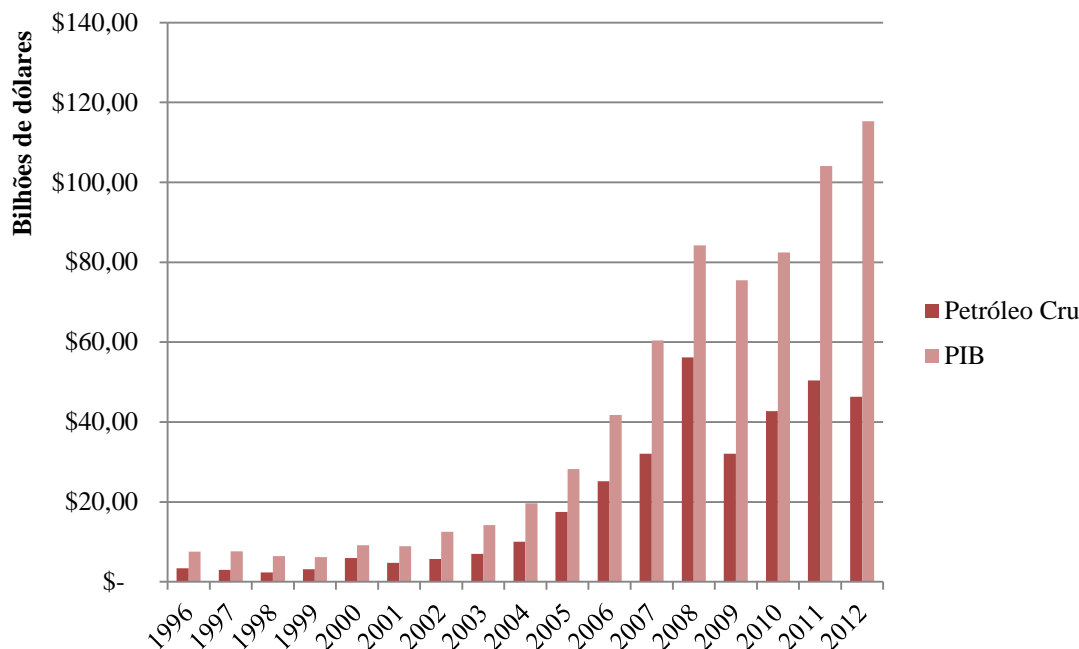
Em 1996, 95,18% das exportações Angolanas eram de petróleo cru e em 2012 essa fatia correspondeu a 98%, segundo dados do *The Observatory of Economic Complexity*. Entretanto, deve-se observar o montante comercializado: em 1996, as exportações de petróleo cru foram da ordem de 3,35 bilhões de dólares, e em 2012 46,3 bilhões. Outros produtos, como o café, outrora responsável por quase a totalidade da economia angolana, foi responsável por apenas 0,19% das exportações angolanas em 1996 e em 2012 sua “insignificância” na economia fica marcada por 0% de participação.

Segundo Alves,

O petróleo permitiu-lhe [à Angola] – entre outros factores – consolidar uma posição importante como potência regional (veja-se a intervenção nos Congos no final dos anos 90, sinal a comprovar que Angola dispõe, ainda hoje, da maior capacidade de intervenção militar na região), lançando bases para uma expansão consolidada de determinados interesses geoestratégicos que têm vindo a fazer com que Luanda seja uma voz escutada na região, mesmo se tem de enfrentar uma pressão francófona (a norte) e anglófona (a sul) que não lhe são propriamente favoráveis. (ALVES, 2007, p. 56).

Deste modo, o boom das commodities e, principalmente, a elevação no preço do barril do petróleo foram essenciais para a evolução do crescimento econômico apresentado por Angola nos últimos anos. O gráfico<sup>1</sup>, elaborado através de dados do Banco Mundial e do *Observatory of Economic Complexity*, ilustra a evolução do PIB angolano desde meados da década de 1990 e suas exportações de petróleo cru no mesmo período:

**Gráfico 1: Exportações de petróleo bruto por Angola em relação ao PIB**



Fonte: Dados do Banco Mundial e do *The Observatory of Economic Complexity*

A análise do gráfico permite-nos inferir que a evolução das exportações de petróleo cru acompanhou, e claro, teve papel fundamental na evolução do PIB no período em destaque. Isto é, certamente o significativo crescimento apresentado a partir dos anos 2000, principalmente, foi decorrente da participação do setor petrolífero na economia.

Essa estrita relação foi descrita no artigo *Angola: Rise of a New Superpower?* da *African Business* de 2012:

Yet, the drawbacks of the country's reliance on revenue from oil exports became clear during the global crisis of 2008– 2009, when slowing demand from oil-consuming countries caused the average US price of oil to dip to \$56.15 a barrel (inflation adjusted). GDP growth duly collapsed in Angola, plummeting to 2.4% in 2009 and 2.3% in 2010. <sup>7</sup> (p.51)

Deste modo, apesar de a carteira de exportações angolanas não estar pautada apenas no comércio de petróleo cru, refinado ou seus derivados, é este setor que dinamiza a

<sup>7</sup> No entanto, as desvantagens da dependência do país sobre as receitas de exportação de petróleo ficaram claras durante a crise global de 2008- 2009, quando a desaceleração da demanda de países consumidores de petróleo fez com que o preço médio do petróleo caísse para 56,15 dólares por barril (ajustado pela inflação). O crescimento do PIB, deste modo, entrou em colapso em Angola, caindo para 2,4% em 2009 e 2,3% em 2010.

economia, em termos de crescimento, embora não haja diversificação. Isto é, Angola tornou-se extremamente dependente da economia petrolífera e oscilações nos preços do petróleo ou crises econômicas, como a de 2008, podem afetar gravemente a evolução do crescimento do país.

Por outro lado, em um cenário macroeconômico internacional em que a demanda por recursos naturais, principalmente petróleo, é elevada, as condições tornam-se favoráveis para Angola. É neste aspecto, principalmente, que se faz sentir no país africano o efeito-China, que será brevemente tratado na próxima seção.

## 2.6 ESTÍMULO DO EFEITO-CINA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE ANGOLA NOS ANOS 2000

O quadro que se estabelece para Angola no início do século XXI, após o fim da Guerra Civil que deixou marcas profundas no país, é de uma economia que precisa se recuperar e reconstruir seu país. Segundo o artigo da *African Business*, citado anteriormente,

It is difficult to exaggerate the effects the war has had on the economy. It led to 1.5m deaths and left over 4m citizens internally displaced. [...] Using its new oil-based windfall, Angola has been able to make dramatic strides in terms of rebuilding its infrastructure. The results of the construction boom are overt in the country's dusty capital, Luanda, where skyscrapers and cranes graze the skies, and concrete mixers are becoming as common as street-food stalls.<sup>8</sup> (p. 50 e 51)

Mas, para além da reconstrução de Luanda e sua modernização, a reconstrução de Angola envolve a construção de rodovias e ferrovias que cruzam o país e suas fronteiras; a reconstrução de prédios públicos, hospitais e escolas; a modernização das redes de telecomunicação nas principais cidades e também no interior no país; a modernização de alguns setores da economia, entre outros.

Por outro lado, a economia chinesa apresentou nas últimas duas décadas taxas de crescimento constantes e acima da média mundial, fator que colocou em cheque a posição de economias ocidentais no cenário internacional, como os Estados Unidos da América (adiante

---

<sup>8</sup> É difícil mensurar apenas os efeitos que a guerra teve sobre a economia angolana. Ela levou a 1,5 milhões de mortes e deixou mais de 4 milhões de cidadãos refugiados internamente. [...] Usando sua nova herança inesperada à base de petróleo, Angola tem sido capaz de fazer progressos dramáticos em termos de reconstrução de sua infraestrutura. Os resultados do boom da construção são evidentes na capital empoeirada do país, Luanda, onde arranha-céus e guindastes enfeitam os céus, e betoneiras estão se tornando tão comuns como bancas de rua.

denominado EUA). Entretanto, assegurar a atual posição nas relações internacionais demanda muitos esforços da China. Segundo Pautasso (2010),

a modernização chinesa tem criado condições objetivas para a inserção internacional do país, ao ampliar **sua capacidade e suas necessidades econômicas** [grifo nosso]. Naturalmente, o ritmo de desenvolvimento econômico da China tem conferido importância à Política Externa Chinesa (PECh), com evidentes consequências para a evolução do sistema internacional no século XXI. (PAUTASSO, 2010, p.109)

Ainda assim, para manter o ritmo de crescimento elevado e garantir o atendimento de sua demanda interna por matérias-primas, a China tem promovido políticas de aproximação e parcerias estratégicas com países ricos em recursos naturais, como os países do continente africano e outros países em desenvolvimento. Conforme Pautasso (2010),

O ritmo de crescimento chinês impôs uma crescente participação nos negócios internacionais. Ou seja, a capacidade de exportação e o fortalecimento do mercado interno foram ampliando a necessidade de mercados, insumos, tecnologias, energias e matérias-primas, aumentando, conseqüentemente, o peso político-diplomático do país oriental no mercado mundial. (PAUTASSO, 2010, p. 109)

Diante deste cenário, Angola se coloca como seu principal parceiro estratégico entre os países africanos, pois é, segundo Pautasso, o país do continente que mais exporta petróleo para a China atualmente:

Já o comércio sino-angolano teve um dinamismo ainda maior, crescendo 58 vezes em meia década (2003-08), passando de 2,3 bilhões para 25,4 bilhões de dólares, com saldo de 22,9 bilhões para Angola só em 2008. Em razão desse crescimento, Angola tornou-se o maior fornecedor de petróleo para a China no mundo e o maior parceiro comercial da China no continente africano. (2010, p. 113)

Contudo, as relações bilaterais sino-angolanas não datam da década de 1990 ou dos anos 2000. Antes disso a relação dos dois países foi conturbada. Segundo Pautasso (2010, p. 111),

Do lado chinês, a inserção internacional chinesa oscilou entre a aliança com a URSS (1949-62), o isolamento (1962-71), a aproximação com os EUA (1971-89) e, por fim,

um comportamento crescentemente autônomo (pós-1989). Do lado angolano, a inserção internacional também sofreu sobressaltos ligados à luta pela independência (até 1975), à Guerra Civil (1975-2002) e, por fim, à busca da estabilização e reconstrução do país. Em razão dessas oscilações, as relações sino-angolanas foram marcadas por instabilidades e tensões até os anos 1980.

Ainda segundo este autor, as relações diplomáticas datam de 1983, entretanto, o primeiro acordo comercial foi firmado somente no ano seguinte, 1984. No mesmo ano foi criada uma Comissão Mista Econômica e Comercial, que teve sua primeira reunião apenas em 1999.

Deste modo,

A independência do país africano e a diplomacia pragmática lançada por Deng Xiaoping no contexto da política chinesa de Reforma e Abertura lançaram as bases da aproximação bilateral, mas apenas na virada do século XX-XXI o relacionamento ganhou densidade. O documento diplomático chamado “Comunicado Conjunto Sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas Entre a República Popular da China e a República Popular de Angola” (2002) assinalou o compromisso de intensificação das relações bilaterais. (PAUTASSO, 2010, p.111, 113)

Desde então, Angola tornou-se o país africano de maior expressão nas relações comerciais com a China. Em 2008, segundo Pautasso (2010), o comércio bilateral entre China e Angola atingiu US\$ 25,3 bilhões de dólares. Em 2012, segundo dados do OEC, Angola foi o país africano que mais exportou petróleo para a China e hoje, segundo Pautasso (2010), é, ao lado da Arábia Saudita, o maior fornecedor de petróleo para aquele país.

As relações sino-angolanas não se restringem ao âmbito das exportações e importações. A presença chinesa em Angola, assim como em outros países africanos, é marcada por investimentos em diversos setores, principalmente em infraestrutura. Em conjunto com o esforço chinês, nesse sentido, Angola vem se reconstruindo através da consecução de obras de estradas, ferrovias, hospitais e prédios públicos. Nas palavras de Campos e Vines (2008),

With the war now over, rapid post-conflict reconstruction has become the government’s priority. The People’s Republic of China (China) has in particular played an important role in assisting these efforts. Chinese financial and technical assistance has kick-started over 100 projects in the areas of energy, water, health, education, telecommunications, fisheries, and public works. On the occasion of Chinese prime minister Wen Jibao’s visit to Angola in June 2006, Angolan president Eduardo dos Santos described bilateral relations as being “mutually advantageous” partnerships that were “pragmatic” and had no “political preconditions.”<sup>9</sup>(CAMPOS e VINES, 2008, p. 1)

---

<sup>9</sup> Com o fim da guerra em Angola, a reconstrução rápida pós-conflito tornou-se a prioridade do governo. A República Popular da China (China) tem, em particular, desempenhado um papel importante no apoio a estes

Assim nasceu, na primeira década deste século, um casamento de conveniência entre China e Angola. O crescimento econômico daquele país demanda recursos naturais para sua sustentação. A contrapartida para o fornecimento de petróleo para China é, para Angola, que sejam feitos investimentos no país, a fim de impulsionar sua reconstrução. Logo, as relações comerciais e diplomáticas que se constroem entre os dois governos têm como principal elo o petróleo, embora suas relações não se restrinjam à comercialização deste recurso. Este será o tema do Capítulo 4 deste trabalho.

---

esforços. Assistência técnica e financeira chinesas deram o pontapé inicial a mais de 100 projetos nas áreas de energia, água, saúde, educação, telecomunicações, pesca e obras públicas. Por ocasião da visita do primeiro-ministro chinês, Wen Jibao a Angola em Junho de 2006, o presidente angolano Eduardo dos Santos descreveu as relações bilaterais como sendo parcerias "mutuamente vantajosas", "pragmáticas" e que não tinham "condições políticas".

### 3 CHINA

#### 3.1 A HISTÓRIA DA CHINA ENTRE 1949 e 1978

Durante os séculos XVII e XIX a China esteve fadada ao fracasso. O desempenho da economia chinesa diferiu e muito do avanço experimentado pela Europa Ocidental, e principalmente, pela Grã-Bretanha, que passou por duas revoluções industriais entre os anos 1700 e 1900.

Zhu (2012) atribui o fracasso chinês do período ao centralismo político chinês, que atendendo aos interesses de elites políticas, isolou o país de relações comerciais e do avanço tecnológico que poderiam impulsionar o crescimento econômico. Para o autor, a família imperial, famílias tradicionais e membros da elite burocrática do país tinham aversão e resistiam à adoção de novas tecnologias no Império.

Apenas após o estabelecimento da República Popular da China (adiante denominada RPC), em 1949, a China iniciou seu processo de industrialização. Porém, segundo Morrison, durante o governo de Mao Zedong,

Government policies kept the Chinese economy relatively stagnant and inefficient, mainly because most aspects of the economy were managed and run by the central government (and thus there were few profit incentives for firms, workers, and farmers), competition was virtually nonexistent, foreign trade and investment flows were mainly limited to Soviet bloc countries, and price and production controls caused widespread distortions in the economy. Chinese living standards were substantially lower than those of many other developing countries.<sup>10</sup>(MORRISON, 2011, p. 2)

Isto é, o esforço industrializante empreendido na década de 1950 sob a liderança de Mao Zedong difere daquele praticado após sua morte, quando assumiu o poder Deng Xiaoping, em 1976. Até este ano, a política econômica esteve centralizada e altamente controlada pelo Estado. Para impulsionar a indústria, Mao Zedong implementou ações voltadas

---

<sup>10</sup> As políticas do governo mantiveram a economia chinesa relativamente estagnada e ineficiente, principalmente porque a maioria das políticas econômicas eram geridas e administradas pelo governo central (e, portanto, havia poucos incentivos para as empresas, trabalhadores e agricultores), a concorrência era praticamente inexistente, o comércio exterior e os fluxos de investimento eram limitados a países do bloco soviético, e os controles de preços e de produção causaram distorções generalizadas na economia. O padrão de vida chinês era substancialmente mais baixo que os de muitos outros países em desenvolvimento.



principalmente ao setor agrícola, estabelecendo baixos preços e limitando o consumo, a fim de gerar poupanças forçadas e, logo, investimentos na indústria:

After the People's Republic of China was established in 1949 [under the leadership of Mao Zedong], the Chinese Communist Party government, like governments of many other countries at the time, thought the most effective way to speed up the industrialization process was by increasing investment in heavy industries such as steel, concrete, and heavy machinery. China's government mobilized the resources for investment by limiting household consumption and setting low prices for agricultural goods so that forced savings and surpluses extracted from the agricultural sector could be used for investment in such industries<sup>11</sup>. (ZHU, 2012, p. 109)

As estratégias adotadas geraram descontentamento no campo e, logo, a falta de incentivos para o setor agrícola provocou, também, uma redução da produção no campo e baixa oferta de alimentos na RPC, onde 15 milhões de pessoas sofreram e morreram de fome entre 1958 e 1962, segundo dados oficiais. Porém, estima-se que cerca de 40 milhões de pessoas tenham morrido no episódio que ficou conhecido como *The China's Great Famine*.

Apesar dos drásticos resultados da política econômica em prática no período, não houve qualquer grande modificação até a morte de Mao Zedong. Elevados impostos sobre o setor agrícola foram mantidos; agricultores estavam proibidos de investir em qualquer outra atividade econômica; e para deixar as áreas rurais deviam pagar elevadas taxas ao governo.

Ainda assim, a estratégia para incentivar a acumulação de capital no setor industrial não impulsionou a produtividade agrícola. Segundo Zhu,

These policies initially helped to ensure that the government could extract surpluses from the agricultural sector to support the capital accumulation in the industrial sector. However, they also created incentive problems that significantly reduced the productivity of farmers. As a result, agricultural output grew slowly. In the late 1970s, the agricultural sector included more than 70 percent of China's labor force but was not even able to provide China's population with 2,300 calories per capita per day (near the UN-established minimum). Emergency grain imports were frequently needed to meet food deficits.<sup>12</sup>. (ZHU, 2012, p. 109)

<sup>11</sup> Após a República Popular da China ter sido fundada, em 1949 [sob a liderança de Mao Tsé-tung], o governo do Partido Comunista Chinês, como os governos de muitos outros países no momento, acreditava que o caminho mais eficaz para acelerar o processo de industrialização seria através do aumento dos investimentos em indústrias pesadas, tais como aço, concreto e máquinas pesadas. O governo da China mobilizou os recursos para estes investimentos, limitando o consumo das famílias e estabelecendo preços baixos para produtos agrícolas de modo que a poupança forçada e excedente extraídos do setor agrícola poderiam ser usados para o investimento em tais indústrias.

<sup>12</sup> Estas políticas inicialmente ajudaram a assegurar que o governo poderia extrair os excedentes do setor agrícola para auxiliar a acumulação de capital no setor industrial. Entretanto, as mesmas políticas também criaram problemas que implicaram na redução substantiva da produção agrícola. Como consequência, os rendimentos agrícolas cresciam lentamente. Ao final dos anos 1970, o setor agrícola empregava cerca de 70% da mão-de-obra chinesa, mas

Deste modo, entre 1958 e 1978, o crescimento do PIB chinês foi de 3% ao ano, em média. Este quadro viria a sofrer alterações logo após a morte de Mao Zedong, quando assumiu o governo da RPC Deng Xiaoping, que introduziu reformas substanciais que viriam a mudar os rumos da economia chinesa.

### 3.2 A REFORMA ECONÔMICA E O PRAGMATISMO DE DENG XIAOPING

A fim de impulsionar o crescimento econômico chinês e elevar o padrão de vida da população chinesa, Deng Xiaoping decidiu por uma gradual abertura econômica para o comércio e investimentos internacionais logo que assumiu o poder da RPC, em 1978. Deste modo, rompeu parcialmente com as políticas econômicas *a La União Soviética*: a China passa de uma economia fechada a uma economia de mercado com intensa intervenção do Estado.

Deng Xiaoping atuou de modo pragmático a fim de impulsionar o crescimento da indústria pesada e, para isso,

First, the government increased prices for agricultural goods. Second, the previous “collective farming system” was shifted to the “household-responsibility system.” Under the new system, each farm household was assigned a fixed quota of grains that the household had to sell to the government at official prices. However, any extra grain the household produced could be sold at market prices. The reforms were implemented gradually and completed in 1984. Between 1978 and 1984, total factor productivity in the agricultural sector grew 5.62 percent per year. Several studies argue that most of the productivity growth during this period can be attributed to the price and institutional reforms that generated strong positive incentive effects on farmers’ effort [...]<sup>13</sup>(ZHU, 2012, p. 112)

Autorizados a vender seus produtos no mercado livre, agricultores tornaram-se aptos a consumir outros bens também, bem como investir em outros setores da economia. Neste

---

mesmo assim era incapaz de prover a população com 2300 calorias per capita por dia (mínimo estabelecido pela ONU). As importações de grãos em caráter de emergência tornaram-se frequentemente necessárias para atender aos déficits alimentares na China.

<sup>13</sup> Primeiro, o governo aumentou os preços dos produtos agrícolas. Em segundo lugar, o "sistema de agricultura coletiva" anterior foi transformado em "sistema de responsabilidade familiar." Sob o novo sistema, a cada agregado familiar foi atribuída uma quota fixa de grãos que a família teria que vender para o governo, a preços oficiais. No entanto, qualquer grão a mais produzido pela família poderia ser vendido a preços de mercado. As reformas foram implementadas de forma gradual e concluídas em 1984. Entre 1978 e 1984, a produtividade total dos fatores no setor agrícola cresceu 5,62 por cento ao ano. Vários estudos afirmam que a maior parte do crescimento da produtividade durante este período pode ser atribuída às reformas dos preços e institucionais que geraram fortes efeitos positivos de incentivo sobre os esforços dos agricultores[...]

sentido, as primeiras ações de Deng foram essenciais para dar a guinada inicial ao crescimento econômico chinês. Entretanto, as reformas não param por aqui.

Segundo Morrison (2011), o governo também estabeleceu zonas econômicas especiais ao longo da costa a fim de atrair investimentos internacionais, impulsionar as exportações e facilitar a importação de produtos de alta tecnologia para o país<sup>14</sup>. Aos poucos, também, as decisões de política econômica foram sendo descentralizadas, isto é, o controle de algumas empresas ficou a cargo de governos locais, os quais eram autorizados a operar e competir no mercado livre.

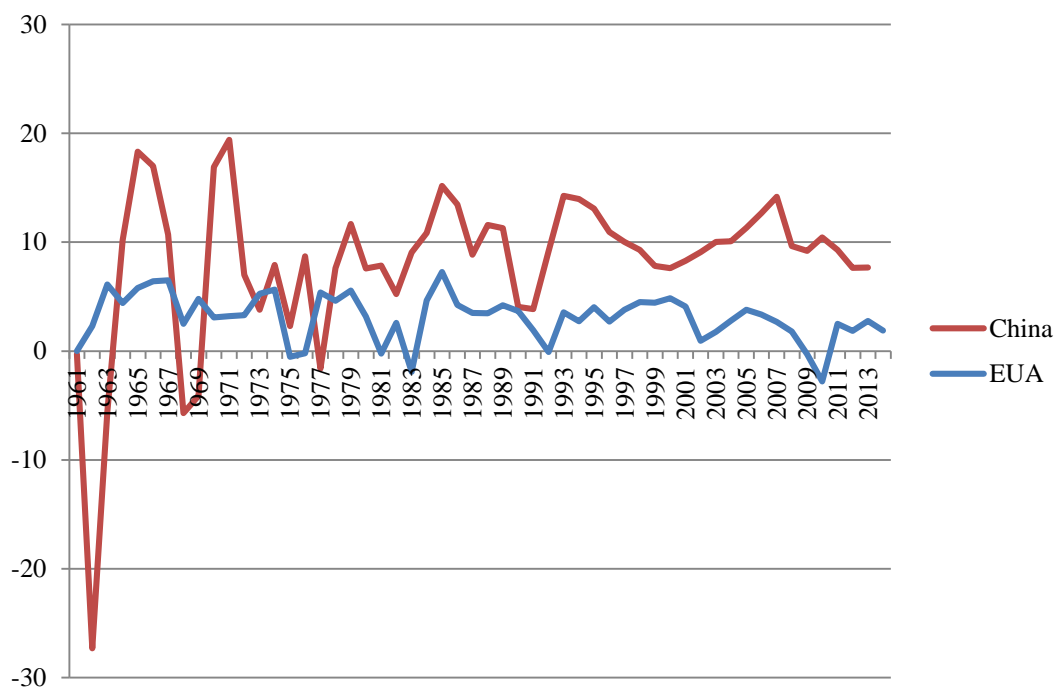
As reformas foram positivas em diversos sentidos. A partir de 1978, deste modo, a economia ganhou certo dinamismo. Segundo o Banco Mundial, “Since initiating market reforms in 1978, China has shifted from a centrally planned to a market based economy and experienced rapid economic and social development. GDP growth averaging about 10 percent a year has lifted more than 500 million people out of poverty”<sup>15</sup>. A evolução do crescimento econômico chinês pode ser observada nos gráficos 2 e 3, que apresentam as taxas de crescimento em relação ao ano anterior e a evolução do PIB chinês no período de 1960 a 2013, respectivamente.

---

<sup>14</sup> Ver a Linha do Tempo das Reformas Econômicas da China em: <http://csis.org/blog/china-economic-reform-timeline>

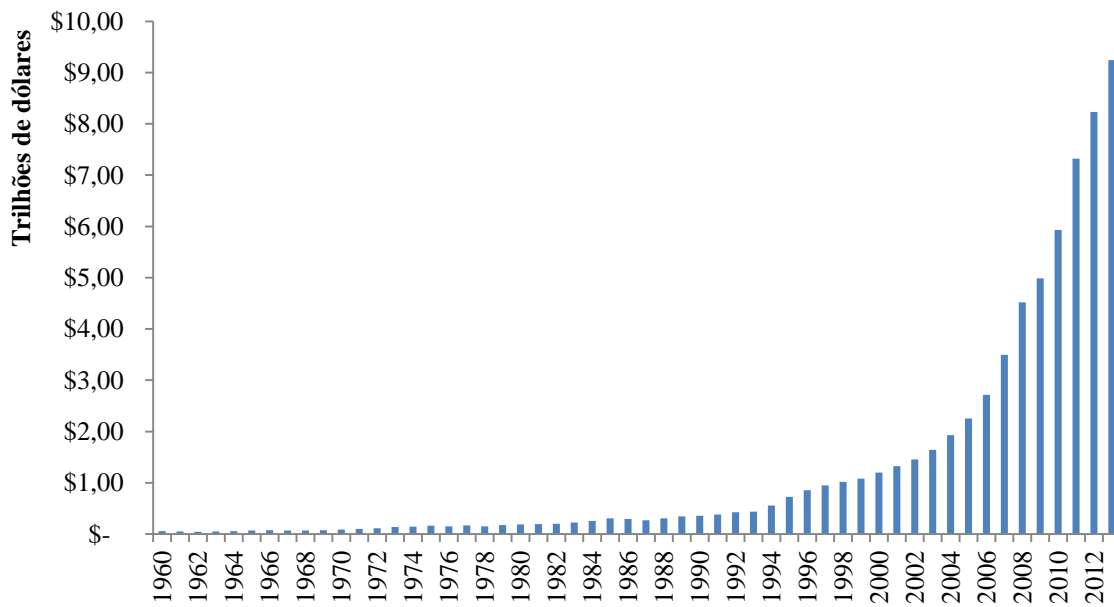
<sup>15</sup> Banco Mundial – China Overview. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/china/overview>

**Gráfico 2: Porcentagem de crescimento anual do Produto Interno Bruto Chinês em comparação aos Estados Unidos da América**



Fonte: Dados do Banco Mundial

**Gráfico 3: Evolução do Produto Interno Bruto Chinês**



Fonte: Dados do Banco Mundial

Cabe lembrar que, comparada aos Estados Unidos da América, uma das economias mais dinâmicas do cenário internacional, a China teve maiores taxas de crescimento durante o período. Segundo dados do Banco Mundial, o produto interno bruto chinês saltou de 59 bilhões de dólares em 1960 para 148 bi em 1978, e mais de 9,0 trilhões no ano passado.

O espetacular desempenho chinês teve sua origem a partir da reestruturação econômica levada a cabo por Deng Xiaoping após 1978. Entretanto, sua manutenção foi possível devido, principalmente, aos investimentos chineses em empresas estatais, subsídios, investimentos em tecnologia – proporcionados pelo influxo de Investimentos Externos Diretos e pela poupança interna - e à elevação da produtividade nos setores agrícola e indústria.

Segundo Morrison (2011),

Economic reforms led to higher efficiency in the economy, which boosted output and increased resources for additional investment in the economy [...] As a result, China's gross savings as a percentage of GDP is the highest among major economies. The large level of savings has enabled China to substantially boost domestic investment.<sup>16</sup> (MORRISON, 2011, p.4)

Como em um ciclo econômico, os rendimentos na agricultura eram revertidos em poupança, cujo destino era o investimento na indústria, tal qual gerava lucros que seriam revertidos em mais investimentos. Além disso, a criação das zonas econômicas, citadas anteriormente, foi responsável pelo elevado influxo de investimentos na economia chinesa, bem como pela elevação no volume de suas exportações na região.

Cabe lembrar que o substancial crescimento e desenvolvimento de muitos países asiáticos em meados da década de 1980 esteve estritamente vinculado aos IDEs aplicados na China, provenientes, principalmente, de Hong Kong. Quanto a este aspecto, Medeiros afirma que,

A aceleração do crescimento dos países da ASEAN-4 deveu-se ao boom das exportações e ao investimento, sobretudo sob a forma de IDE do Japão e demais "tigres". Neste aspecto, talvez o caso mais espetacular de crescimento neste período tenha sido o da China. Em 1984, o financiamento externo da economia chinesa foi de \$12,9 bilhões e o IDE foi de \$12,6 bilhões. Em 1987 estes números foram, respectivamente \$ 58,1 e \$23,1 totalizando a impressionante cifra de \$84.5 bilhões. Ajudada por uma forte desvalorização do yuan tanto em relação ao iene quanto ao dólar, a meteórica expansão do comércio exterior chinês foi inteiramente articulada com o IDE de origem asiática,

---

<sup>16</sup> As reformas econômicas levaram a uma maior eficiência na economia, que impulsionou a produção e aumento dos recursos para investimento adicional na economia [...] Como resultado, a poupança bruta da China como uma percentagem do PIB é o mais alto entre as principais economias do mundo. O grande nível de poupança permitiu à China aumentar substancialmente o investimento doméstico.

em particular, de Hong-Kong, responsável por cerca de 60% dos IDE que se deslocaram nestes anos para a China.(MEDEIROS, 1997, p.)

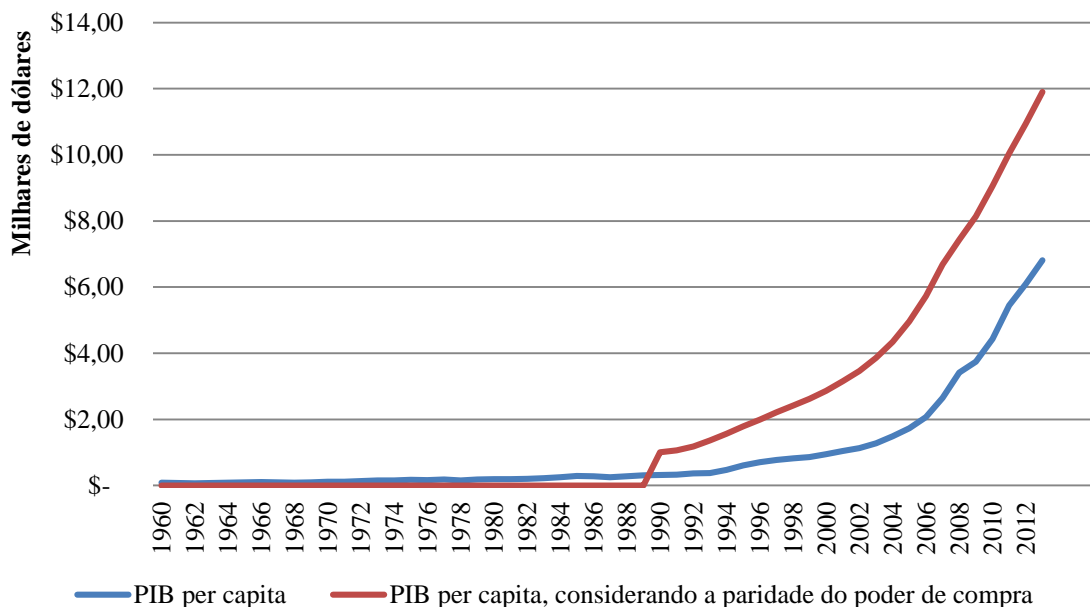
Neste sentido, nos anos que se seguiram às reformas iniciadas na década de 1970, a China ganhou destaque no cenário internacional por seu substancial desempenho econômico. Atualmente, a China está entre as maiores economias mundiais e o seu volume de comércio e de investimentos internacionais não têm precedentes.

### 3.3 A CHINA NOS DIAS ATUAIS

Para melhor entender a evolução chinesa nas últimas décadas, faz-se necessário observar seu quadro geral através de alguns indicadores que podem ilustrar seu desempenho em alguns aspectos. Os gráficos 4, 5 e 6, apresentam, respectivamente, a evolução do PIB per capita, volume de comércio internacional, e o fluxo de investimentos diretos externos. Os dados apresentados são do Banco Mundial e os indicadores foram escolhidos aleatoriamente a fim de indicar o crescimento chinês durante este período.

O PIB chinês era de apenas 59 bilhões de dólares em 1960 e em 2013 de 9 trilhões, conforme o gráfico 3. Já o PIB per capita, que não alcançava os 100 dólares na década de 1960, em 2013 chegou à marca de 6,8 mil dólares em termos nominais, conforme o gráfico 4 abaixo:

**Gráfico 4: Evolução do PIB per capita chinês**



Fonte: Dados do Banco Mundial

Evidentemente, o PIB per capita chinês não alcançou o nível de países desenvolvidos, como os EUA - 51,7 mil dólares - ou países da Europa Ocidental, onde o PIB per capita é, em média, 40 mil dólares.<sup>17</sup> Porém, em termos reais, isto é, se levada em conta a paridade do poder de compra, o PIB per capita chinês chega a 11,9 mil dólares (dados de 2013).

O mesmo ocorre com o PIB chinês e Morrison (2011) chama atenção para esta questão no seguinte trecho:

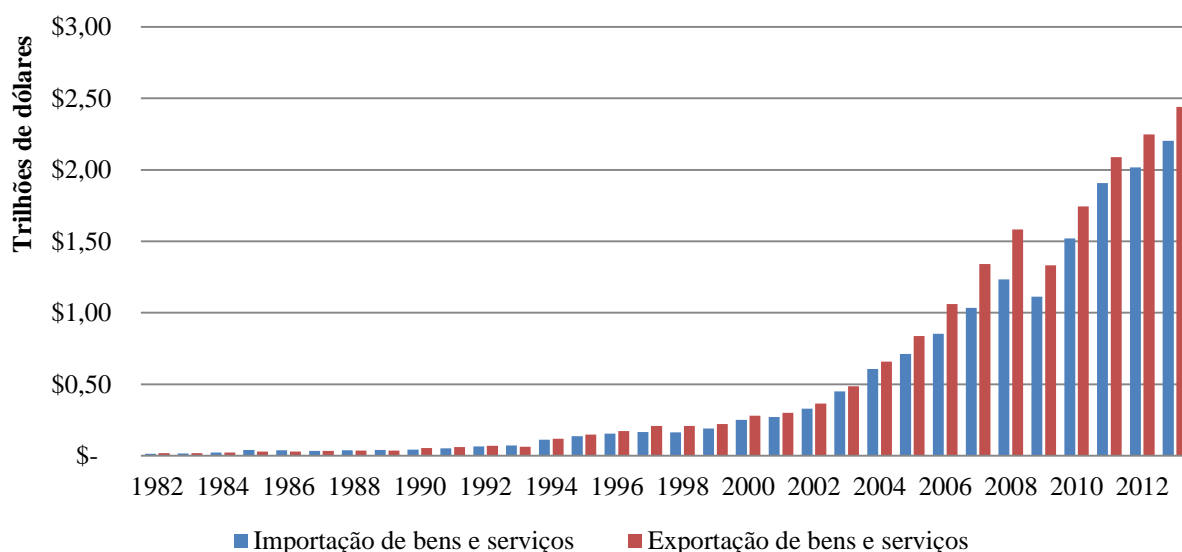
The PPP exchange rate increases the (estimated) measurement of China's economy and its per capita GDP. According to the EIU [Economist Intelligence Unit], which uses World Bank data, prices for goods and services in China are about 45% the level they are in the United States. Adjusting for this price differential raises the value of China's 2013 GDP from \$9.3 trillion (nominal dollars) to \$16.1 trillion (on a PPP basis). This would indicate that China's economy is 95.9% the size of the U.S. economy. China's share of global GDP on a PPP basis rose from 3.7% in 1990 to 18.2% in 2013 (the U.S. share of global GDP peaked at 24.3% in 1999 and declined to 19.0% in 2013).<sup>18</sup>(MORRISON, 2011, p.7)

<sup>17</sup>Ver: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-e-de-r-24-mil-por-habitante-um-quinco-da-riqueza-dos-americanos,178701e>

<sup>18</sup>A paridade do poder de compra eleva a medição da economia da China e seu PIB per capita. De acordo com a EIU, que utiliza dados do Banco Mundial, os preços de bens e serviços na China são cerca de 45% do nível de preços nos Estados Unidos. Ao excluir este diferencial de preços entre ambas as economias, tem-se um aumento do valor do PIB da China de 9,3 trilhões de dólares (dólares nominais) para 16,1 trilhões de dólares (com base no PPC) em 2013.

Quanto ao comércio internacional, em 1982, poucos anos após o início da reforma econômica, o volume importado de bens e serviços pela China era de 13,6 bilhões de dólares. Em 2012 este valor alcançou 2,2 trilhões de dólares, o que corresponde a um crescimento de mais de 160 vezes. As exportações, por sua vez, cresceram de 17 bilhões para 2,4 trilhões de dólares, o que representa um crescimento de 140 vezes. Ver gráfico 5 abaixo:

**Gráfico 5: Evolução do volume de comércio internacional da China**



Fonte: Dados do Banco Mundial

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2012 a China já liderava o ranking de maior exportador mundial de bens e serviços, representando 11,3% do volume das exportações mundiais. E, em relação às importações, ocupou a segunda posição, isto é, representou uma fatia de 9,77% das importações de bens e serviços naquele ano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América.

E, finalmente, os Investimentos Diretos Externos, responsáveis em grande parte pelo crescimento experimentado pela China nos últimos 30 anos, cresceram significativamente

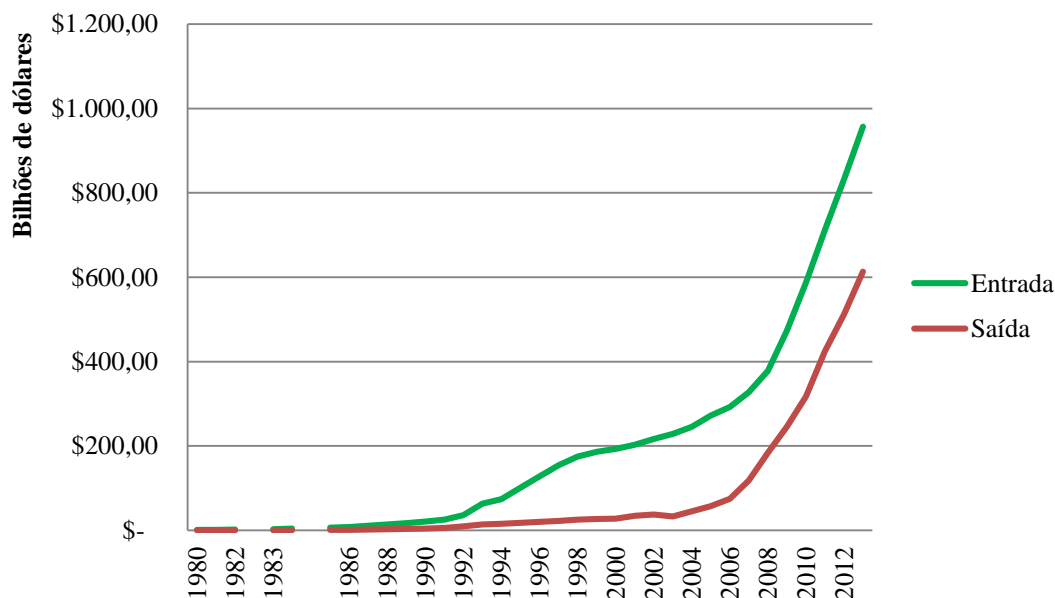
---

Isto indicaria que a economia da China é 95,9% o tamanho da economia dos EUA. A participação da China no PIB mundial em uma base PPC subiu de 3,7% em 1990 para 18,2% em 2013 (a participação dos EUA no PIB mundial atingiu um pico de 24,3% em 1999 e diminuiu para 19,0% em 2013).



neste período, segundo os dados a que se tem acesso. O gráfico 6, abaixo, apresenta a evolução do volume de IDEs, tanto *inflows* como *outflows* da China desde a década de 1980:

**Gráfico 6: Fluxo de Investimentos Diretos Externos na China**



Fonte: Dados do Banco Mundial

As linhas do gráfico 6 apresentam tendência crescente dos fluxos de IDEs na China desde meados da década de 1980, mas o *boom* desses fluxos se dá a partir da década de 1990. A tabela 1 apresenta o valor em dólares das entradas de IDE na China, bem como saída de investimentos, nos anos de 1980 (1981 para *outflows*, pois os dados para 1980 são ínfimos), 1990, 2000, 2010 e 2013:

**Tabela 1: Fluxo de Investimentos Diretos Externos da China**

Inflows-Dólares		Outflows - Dólares		Saldo – Dólares
1980	\$1.074.000.000,00	1981	\$39.358.350,00	\$1.034.641.650,00
1990	\$20.690.620.000,00	1990	\$4.455.000.000,00	\$16.235.620.000,00
2000	\$193.348.000.000,00	2000	\$27.768.387.000,00	\$165.579.613.000,00
2010	\$587.817.000.000,00	2010	\$317.210.590.000,00	\$270.606.410.000,00
2013	\$956.793.000.000,00	2013	\$613.584.670.000,00	\$343.208.330.000,00

Fonte: Dados do Banco Mundial

Em 1980, segundo dados da UNCTAD<sup>19</sup>, a China recebeu 1,07 bilhões de dólares em IDE, e exportou aproximadamente 39 milhões (dados de 1981). Em 1990 esses valores subiram para 20,69 e 4,45 bilhões, respectivamente; no ano de 2000 para 193,3 e 27,76 bilhões; em 2010 para 587,8 e 317,2; e em 2013 os valores apresentados chegaram à marca de 956,79 e 613,58 bilhões, respectivamente.

Como pode ser observado ainda na tabela 1, o saldo do fluxo de IDEs na China, no período analisado, esteve sempre positivo. Neste sentido, o crescimento do fluxo de investimentos acompanhou o processo de reforma econômica no país e, certamente, teve papel fundamental na evolução da economia chinesa, que em meados do século XX estava atrás de muitas economias em vias de desenvolvimento.

Na tabela 2 pode-se observar o volume de crescimento dos fluxos de IDE a cada 10 anos, aproximadamente. De 1980 a 1989, o crescimento dos IDEs recebidos pela China foi de 1502%; na década seguinte – de 1990 a 1999 – o crescimento apresentado foi de 800%; entre 2000 e 2009, 145%; entre 2004 e 2013 290%; e entre 2009 e 2013, o crescimento foi surpreendente para o curto período de tempo e alcançou 102%:

**Tabela 2: Evolução dos IDEs chineses a cada 10 anos**

Inflows		Outflows	
Período	Crescimento	Período	Crescimento
1980 - 1989	1502%	1981 - 1989	9110%
1990 - 1999	800%	1990 - 1999	503%
2000 - 2009	145%	2000 - 2009	785%
2009 - 2013	102%	2009 - 2013	150%
2004 - 2013	290%	2004 - 2013	1270%

Fonte: Dados do Banco Mundial

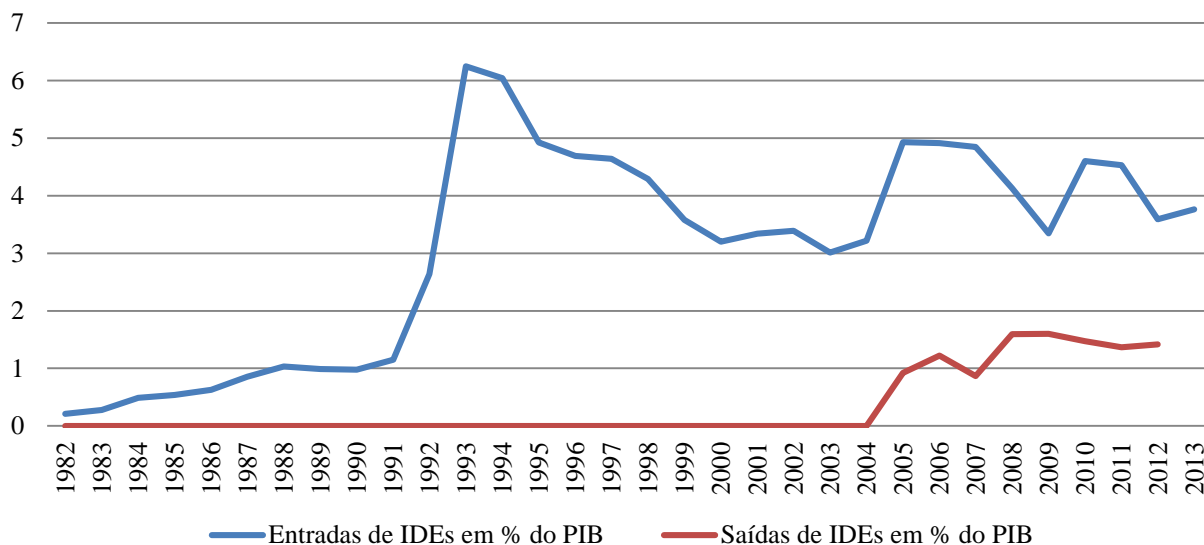
Os mesmos dados para os IDEs exportados pela China são, respectivamente, 9110%, 503%, 785%, 1270% e 150%. Isto é, o período de maior crescimento se deu entre 2004 e 2013, década em que a economia da China alçou voo e passou a apresentar os maiores índices de crescimento, tanto do PIB, PIB per capita e volume de comércio internacional.

Em decorrência desta evolução, em 1992 os IDEs recebidos pela China chegaram à marca de mais de 6% do PIB. E, quanto aos *outflows*, a média de saída deste tipo de

<sup>19</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

investimento da China alcançou apenas 1,5% do PIB chinês, em 2008, como pode ser observado no gráfico 7:

**Gráfico 7: IDEs na China como porcentagem do PIB**



Fonte: Dados do Banco Mundial

### 3.4 CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS ESCASSEZ DE RECURSOS

A partir dos anos 1990, neste sentido, a China apresentou uma guinada no seu crescimento econômico, conforme os dados já apresentados. Houve, por exemplo, um salto do Produto Interno Bruto chinês de 91,5 bilhões em 1970, para 356 bilhões em 1990 e 9,2 trilhões de dólares em 2013, segundo dados do Banco Mundial. Dados que não consideram, ainda, a paridade do poder de compra, como citado na seção anterior.

Mediante tal quadro, surgiram novos desafios para o país, como a escassez de recursos primários internos necessários para sustentar a economia crescente e cada vez mais dependente de matérias-primas. A produção de bens, desde os de baixa aos de alta tecnologia, demanda recursos energéticos e matérias-primas que não podem ser encontrados à disposição no mercado chinês, seja por escassez, seja porque o país não os produz, além da elevada demanda

por produtos agrícolas, necessários para abastecer o mercado interno chinês, tendo em vista seu elevado número de habitantes.

Assim, para a economia chinesa, a busca por recursos como petróleo, minérios e produtos agrícolas é um verdadeiro obstáculo, uma vez que a produção interna destes produtos é precária devido às características geográficas do gigante asiático. O país apresenta uma área de aproximadamente 9,5 milhões de quilômetros quadrados, dividida em diferentes relevos e características climáticas.

Segundo Furtado (2012), quanto ao seu relevo, a China pode ser dividida em três andares: o primeiro é a região próxima ao grande litoral, composta por planícies e áreas de baixa altitude, onde se encontram as maiores cidades chinesas - como Shanghai, Hong Kong e Pequim -, a maior parcela da população e também onde se concentram atividades agrícolas e industriais. O segundo andar apresenta planaltos cujas altitudes variam entre mil e 4 mil metros, grandes vales e elevada densidade demográfica. O terceiro andar, por sua vez, é composto por planaltos com mais de 4 mil metros de altitude, grandes desertos, temperaturas baixas e cadeias de montanhas como o Himalaia, este que chega a alcançar mais de 8 mil metros de altitude.

Quanto ao clima, predominam o árido e semiárido. Segundo Furtado (2012), a água é escassa no país, presente com maior frequência ao longo dos rios e também perto do litoral, onde há maior volume de chuvas.

Deste modo, a China, desde meados da década de 1980, tem intensificado as relações comerciais com outros países - em sua maioria em desenvolvimento - fornecedores dos recursos primordiais para alimentar a industrialização chinesa, bem como sua gigantesca população. Logo, a formação de grupos de países em desenvolvimento para discutir questões multilaterais, bem como para aprofundar relações comerciais e concernentes a investimentos, que envolvem a China é crescente.

Os exemplos mais notáveis das relações comerciais e diplomáticas entre China e nações em vias de desenvolvimento são os BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul), G20, China-ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), China – Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) e FOCAC (Fórum de Cooperação China – África). Cada um dos acordos estabelecidos entre as partes têm suas especificidades. Mas, a característica mais marcante de cada uma e o que promove seu funcionamento, evidentemente, é o papel desempenhado pela China, parte mais interessada na

consecução de tais relações a fim de garantir o suprimento dos recursos que lhe são necessários para manter o padrão de crescimento econômico que vem construindo desde a década de 1980.

Para este trabalho, cabe tratar, em especial, das relações sino-angolanas. Segundo, Pineli Alves, em artigo publicado no Boletim de Economia e Política Internacional do IPEA número 1 de 2010, as relações com os países africanos, aprofundadas desde a Revolução Chinesa - quando os objetivos chineses de ampliar a revolução coincidiram com diversos movimentos de independência e libertação nacional no continente africano -, foram ampliadas, deste modo, para a arena comercial e financeira, devido às necessidades das partes.

Ou seja, as relações sino-africanas têm seus motivos e propósitos: da parte da China em abastecer seu mercado com recursos naturais e matérias-primas e dos países africanos em receber investimentos para a reconstrução e/ou melhorias de suas infraestruturas. Logo, em um cenário onde parece prevalecer a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, o mercado chinês passa a ser abastecido por commodities e outros recursos provenientes de países africanos, ao passo que estes importam da China produtos industrializados e de maior valor agregado e recebem investimentos de “baixa contrapartida” para consecução de seus objetivos.

Tendo em vista o panorama geral das relações sino-africanas, caberá destacar no próximo capítulo do presente trabalho o caso específico das relações sino-angolanas. Angola é, atualmente, um dos principais parceiros estratégicos da China na África e seu papel tem sido fundamental para a economia chinesa, bem como a parceria tem sido fundamental para o país africano, hoje altamente dependente da relação entre os dois países que vem sendo desenhada desde finais da década de 1990.

## 4 RELAÇÕES BILATERAIS SINO-ANGOLANAS

As relações sino-angolanas tiveram início durante a guerra de independência de Angola. E hoje Angola representa para China um de seus principais parceiros estratégicos na África Subsaariana, assim como China é para Angola o principal mercado para suas exportações de petróleo, recurso que movimenta o principal ramo de atividade econômica no país.

### 4.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS

Durante a Guerra de Independência contra a metrópole portuguesa a partir da segunda metade do século passado, Angola pôde contar com o apoio da URSS bem como da China. Entretanto, devido à luta interna entre os partidos angolanos (MPLA, UNITA E FLNA) que disputariam o controle do poder no país africano, o apoio chinês, principalmente, oscilou entre os três principais partidos.

Ora Pequim deu apoio ao MPLA, ora aos partidos opositores UNITA e FLNA, inclusive prestando serviço de treinamento militar à UNITA de Jonas Savimbi. Essa alternância de suporte aos partidos angolanos que lutavam juntos pela independência, mas uns contra os outros pelo controle do governo, se deu devido às dissidências entre China e União Soviética pela liderança do bloco comunista durante a Guerra Fria. Segundo Campos e Vines (2008),

At that time the Cultural Revolution was raging in China, and relations were defined by Cold War politics. In the early 1960s, the MPLA counted on Chinese political and military assistance, but following the then-Organization of Africa Unity's recognition of FNLA and UNITA as legitimate liberation movements, that support ceased and China took a special interest in the two rival movements. In 1963, Holden Roberto of FNLA met with Foreign Minister Chen Yi in Nairobi, and China is reported to have agreed to provide most of their armaments. Likewise, in 1964, Jonas Savimbi of UNITA met with Chairman Mao Zedong and Premier Zhou Enlai in China, where he received military training and became a disciple of Maoism.<sup>20</sup>(CAMPOS e VINES, 2008, p. 2)

---

<sup>20</sup> Naquela época, a China passava pela Revolução Cultural, e as relações eram definidas pela política da Guerra Fria. No início de 1960, o MPLA contava com a assistência política e militar da China, mas o reconhecimento da FNLA e da UNITA como movimentos de libertação legítimos pela então Organização para o reconhecimento da África, levou à cessão do apoio chinês ao MPLA e maior interesse do país nos dois movimentos rivais. Em 1963, Holden Roberto da FNLA reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores Chen Yi, em Nairobi, e foi relatado que a China concordou em fornecer a maior parte de seus armamentos. Da mesma forma, em 1964, Jonas Savimbi da UNITA reuniu-se com o presidente Mao Zedong e o Premier chinês Zhou Enlai na China, onde recebeu treinamento militar e tornou-se um discípulo do maoísmo.

Mas, apenas alguns anos após a Independência de Angola é que foram estabelecidas relações diplomáticas entre o país da África Subsaariana e China (AGUILAR E GOLDSTEIN, 2009). Segundo Pautasso (2010), o primeiro acordo comercial foi estabelecido no ano de 1984 e a primeira reunião da Comissão Mista Econômica e Comercial, criada no mesmo ano, foi realizada apenas em 1999.

Até o final da década de 1990 as relações sino-angolanas foram baseadas na agenda de segurança e defesa, tendo em vista a Guerra Civil em Angola, que perdurou até o ano 2002. O principal papel da China era de abastecedor de suprimentos militares à UNITA (CAMPOS E VINES, 2008).

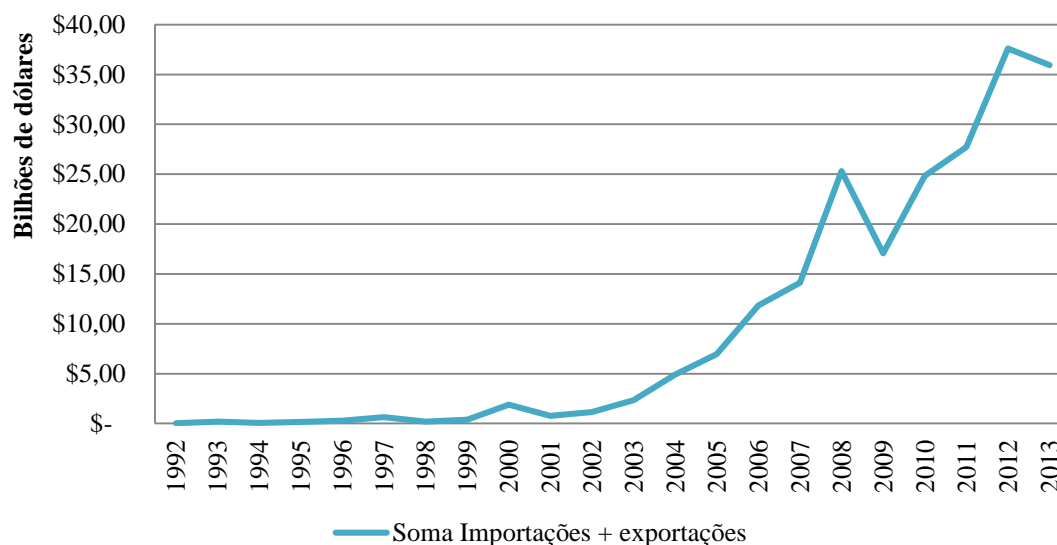
Apenas com o fim da Guerra Civil angolana foram estabelecidas as bases de relações comerciais sino-angolanas, pautadas, principalmente, na oferta de bens manufaturados e suprimentos necessários à reconstrução de Angola. Em contrapartida, Angola passa a exportar petróleo para o país asiático, a fim de atender, também, sua crescente demanda por recursos energéticos devido ao cenário favorável ao crescimento da indústria chinesa.

#### 4.2 FLUXO DE COMÉRCIO ENTRE ANGOLA E CHINA

As relações econômicas e comerciais entre Angola e China se intensificaram, deste modo, a partir do ano 2002, com o fim da Guerra Civil naquele país. Durante a década de 1990 a soma do volume de importações e exportações entre China e Angola oscilava na casa dos milhões. Em 2004, o volume de comércio entre os dois países chegou a 4,7 bilhões de dólares e, deste ano em diante, o volume foi apenas crescente, com breve queda entre 2007 e 2008, durante a crise econômica mundial que teve origem no mercado imobiliário estadunidense.

A evolução do volume de comércio entre os dois países pode ser observada no gráfico 8. No ano de 2013 foram comercializados mais de 31 bilhões de dólares entre China e Angola segundo dados do *Comtrade Database*:

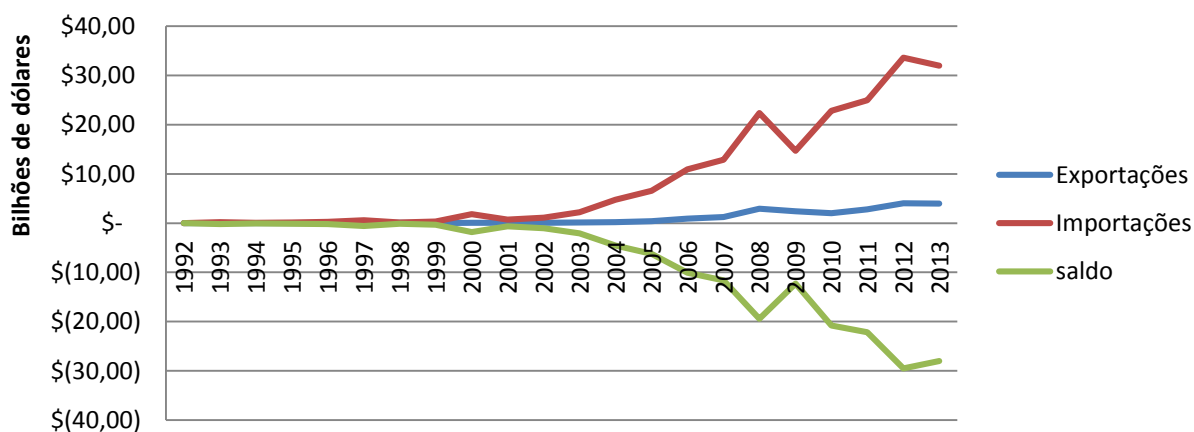
**Gráfico 8: Evolução do volume de comércio entre China e Angola**



Fonte: Dados do *Comtrade Database*

Entretanto, a relação comercial sino-angolana não é equilibrada, isto é, o volume importado pela China é muito maior que o este país exporta para Angola, logo, o saldo da balança comercial entre os dois países é negativo para a China. Como pode ser observado no gráfico 9, havia um equilíbrio na balança comercial até o início deste século. Mas, novamente, a partir dos anos 2000, as linhas de exportações e importações se distanciam e o saldo negativo torna-se crescente para a China:

**Gráfico 9: Balança comercial China-Angola**



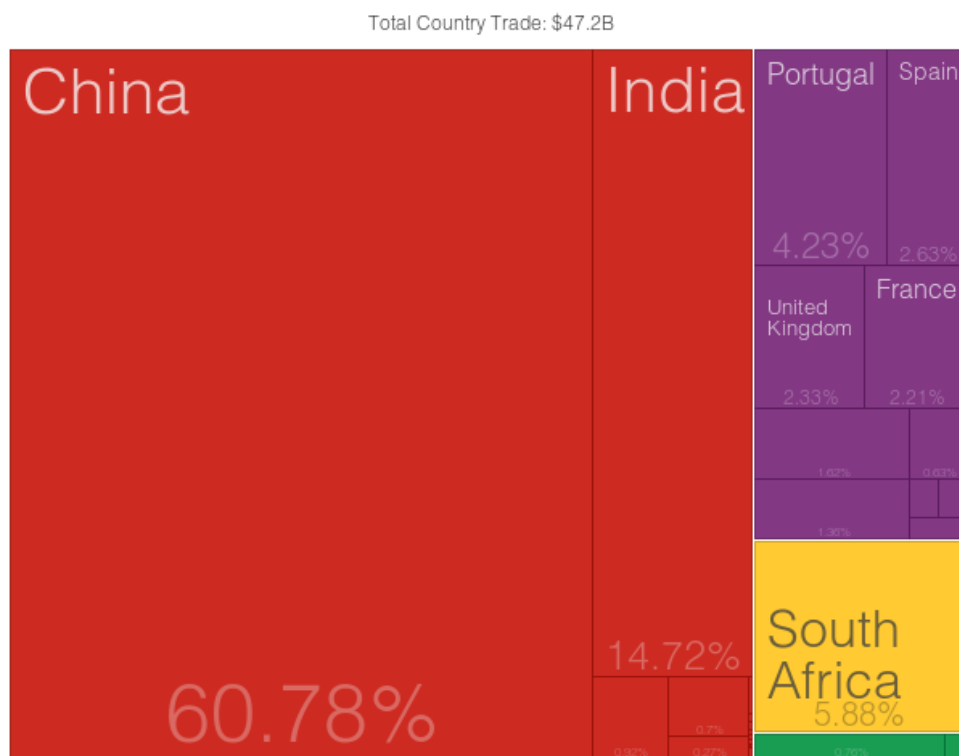
Fonte: Dados do *Comtrade Database*



Em 1992, por exemplo, as exportações de China para Angola foram de 8,4 milhões de dólares, e as importações de 24,9 milhões. Em 2004, estes valores atingiram 193 milhões e 4,7 bilhões, respectivamente. E no ano passado foram 3,9 bilhões de dólares exportados da China para Angola, contra 31,8 bilhões de dólares importados.

Tais números tornaram a China o principal parceiro comercial de Angola, segundo dados do *Observatory of Economic Complexity* de 2012. De todo o volume exportado por Angola, 60,78% é destinado à China, seguida da Índia, para onde são exportados 14,72% do total, e África do Sul, com 5,88% de representatividade. Ver figura 1 abaixo:

**Figura 1: Exportações angolanas de acordo com os destinos**



Fonte: The Observatory of Economic Complexity, 2012

Os Estados Unidos, por exemplo, não estão mais entre os 10 principais destinos das exportações de Angola, segundo o *Observatory of Economic Complexity*. Em 1995, 72,21% das exportações angolanas tinham como destino o país do continente americano. No ano de 2000,

apenas cinco anos depois, 52,34% do total exportado por Angola tinham como destino os EUA, e 25,69% já tinham como destino a China.

Em 2004, a diferença entre os dois gigantes diminuiu para 40,29% e 39,91%, respectivamente. E, em 2010, a China ultrapassa os EUA e “consome” 44,96% do total do total exportado por Angola, contra apenas 23,97% para os EUA.

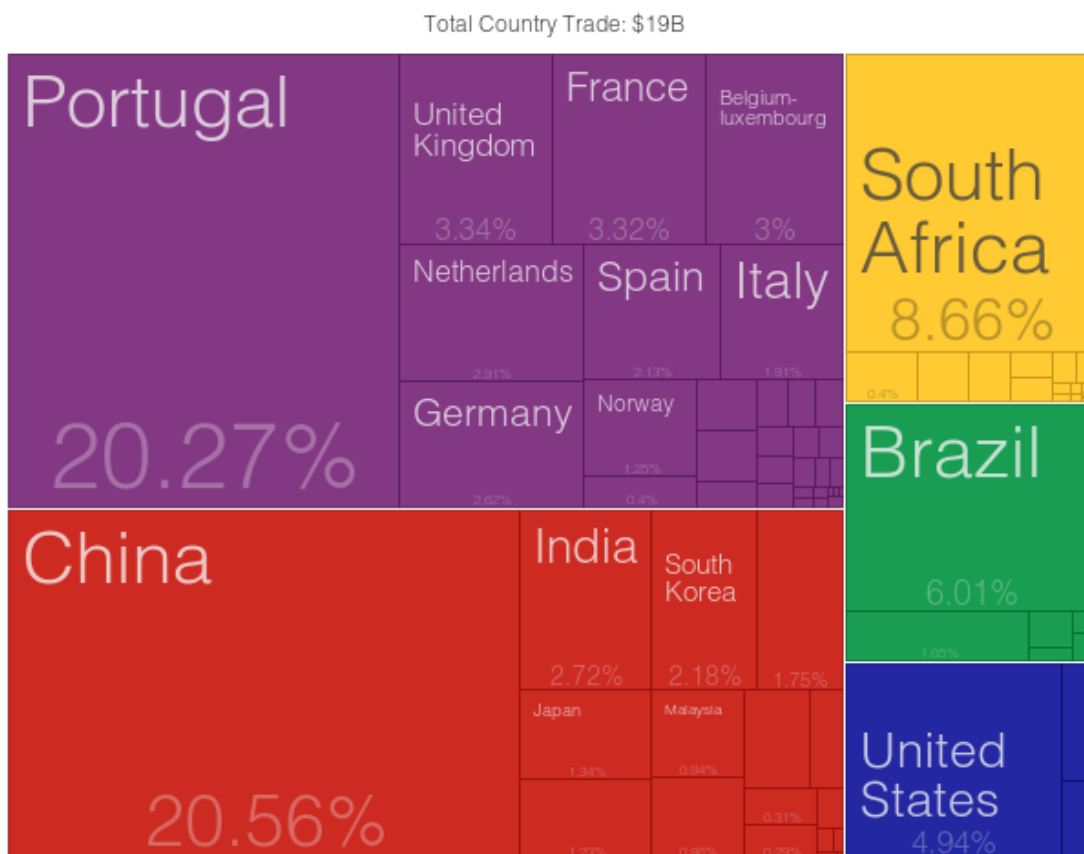
O movimento contrário, das importações, tem outros protagonistas: Portugal e França. Em 1995, do total importado por Angola, 27,79% era proveniente da França, 22,98% de Portugal, 9,84% dos EUA e 1,45% da China. Em 2000, estes números foram, respectivamente, 6,13%, 18,38%, 11,86% e 1,82%.

Em 2004, os países europeus perdem seu protagonismo em Angola. O papel principal se volta para os países asiáticos, dentre os quais o destaque é a Coreia do Sul, país de onde Angola importou 27,76% do volume total importado neste ano. Entre os parceiros asiáticos, a China ficou com a terceira posição, com 2,96% das importações angolanas. Na Europa, Portugal seguiu na frente, com 12,53%, seguida da França com 4,15%, e os EUA somaram 8,91% do total importado em 2004.

Em 2010 este cenário mudou novamente: Portugal – 16,44%; França – 5,35%; China – 13%; EUA – 7,36%; África do Sul – 8,13%; e Índia – 3,73%.

Em 2012, as origens das importações de Angola permanecem sendo Portugal, com 20,27% de participação, e China com 20,56%. Da África do Sul é proveniente 8,66% de todo o volume importado e dos EUA apenas 4,94%. Ver figura 2, a seguir:

**Figura 2: Importações angolanas de acordo com a origem**



Fonte: The Observatory of Economic Complexity, 2012

Neste movimento, a China se constituiu como um dos principais, senão o principal, parceiro comercial de Angola. Mas, as relações comerciais entre os dois países tem um grande elo, que os torna mutuamente dependentes e que será tema da próxima seção: o petróleo.

#### 4.3 O PAPEL DO PETRÓLEO NAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS

##### 4.3.1 Produção de petróleo em Angola

Segundo dados da U.S. *Energy Information Administration* (EIA), Angola é o segundo maior produtor de petróleo na África Subsaariana, ficando atrás apenas da Nigéria. A

atividade petrolífera no país representa a maior parcela das receitas do governo e também quase o total absoluto das exportações angolanas. Ver tabela 3.

**Tabela 3: Exportações de Angola por produto**

<b>Comércio – milhões de US\$</b>	<b>1992</b>	<b>2002</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Total exportações FOB	3833	8328	67233	69889
<b>Petróleo</b>	<b>3490</b>	<b>7386</b>	<b>64684</b>	<b>64779</b>
Diamantes	250	638	1205	1037
Produtos industrializados	66	95	676	677
Total Importações CIF	1988	3760	20228	22798
Alimentos	244	...	...	...
Combustíveis e energia	...	...	...	...
Bens de capital	378	...	...	...

Fonte: Dados do U.S. Energy Information Administration

Sua participação na produção de petróleo mundial tanto é significativa, que Angola tornou-se membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo em 2007. Segundo dados da EIA, em 2013 a produção média de petróleo e outros líquidos derivados em Angola foi de aproximadamente 1,8 milhões de barris por dia, dos quais 1,7 milhões de petróleo bruto.

Para controlar a produção e exploração de petróleo em Angola, foi criada em 1976 a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola – SONANGOL -, que é acionista da maioria das empresas que exploram petróleo no país, além de contar com 17 subsidiárias que atuam tanto na indústria petrolífera quanto de gás natural. Entretanto, estão presentes em Angola, também, diversas empresas estrangeiras de exploração de gás e petróleo, principalmente dos EUA, Europa e mais recentemente da China.

A partir de 2002 - com o início da exploração de campos petrolíferos em águas profundas descobertos na década de 1990 - até 2008, a produção de petróleo em Angola cresceu,

em média, 15% ao ano<sup>21</sup>, tornando o país ainda mais dependente desta commodity para sua “sobrevivência” como Estado recém-independente.

Segundo o boletim da EIA sobre Angola revisado em setembro deste ano,

Angola's economy is largely dependent on oil production. Oil revenue accounted for almost 80% of total government revenue and grants in 2011, according to the International Monetary Fund (IMF). The U.S. Energy Information Administration (EIA) estimates that net oil export revenues in Angola were \$68 billion in 2012. Angola's dependence on oil revenue makes it vulnerable to oil price volatility. During Angola's oil production boom from 2002 to 2008, gross domestic product (GDP) grew by an annual average of 15%, according to data from the World Bank.<sup>22</sup>

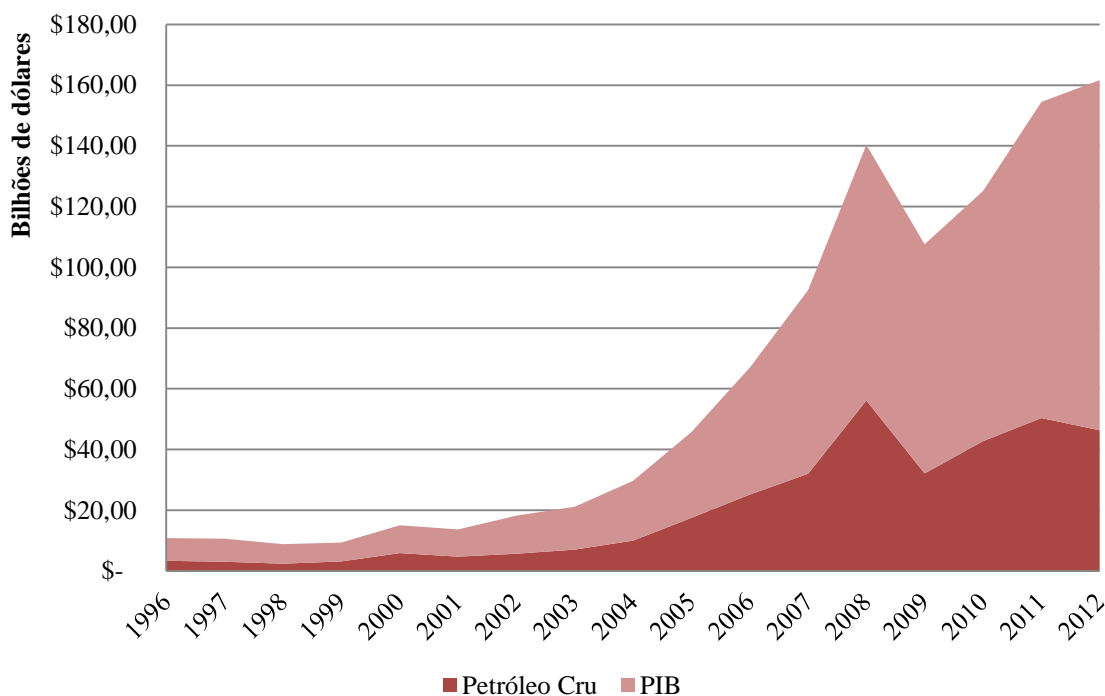
Ou seja, atribui-se à evolução da exploração do petróleo e às receitas provenientes de suas exportações o recente crescimento do PIB de Angola. E, como pode ser observado no gráfico 1, já exposto anteriormente, existe, de fato, determinada relação positiva entre as duas variáveis, principalmente no início dos anos 2000, como pode ser observado no gráfico 10, a seguir:

---

<sup>21</sup> Dados do EIA

<sup>22</sup> A economia de Angola depende em grande parte da produção de petróleo. A receita do petróleo foi responsável por quase 80% da receita total do governo e subvenções em 2011, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os EUA Energy Information Administration (EIA) estima que a receita líquida de exportação de petróleo em Angola foi de 68 bilhões de dólares americanos em 2012. A dependência de Angola das receitas do petróleo a torna vulnerável à volatilidade do preço do petróleo. Durante o auge da produção petróleo de 2002 a 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma média anual de 15%, de acordo com dados do Banco Mundial.

**Gráfico 10: Composição do PIB comparada às receitas das exportações de petróleo em Angola**



Fonte: Dados do Banco Mundial e do *Comtrade Data Base*

A evolução das exportações de petróleo podem ser atribuídas a diversos fatores: crescimento econômico mundial; maior demanda, a nível internacional, por recursos naturais, entre eles o petróleo; desvalorização do dólar (entre 2003 e 2012, principalmente); e, também, ao efeito-China. Porém, para fins de enquadramento no tema deste trabalho, será dada ênfase no último aspecto citado.

Logo, a próxima sessão tratará da média de consumo de petróleo na China a partir dos anos 2000, quando este país apresentou exorbitante crescimento econômico.

#### 4.3.2 Consumo energia na China

A China é o país mais populoso do mundo, contando com aproximadamente 1/3 da população mundial (1,3 bilhões de pessoas segundo dados do Banco Mundial). Devido a isso e ao seu rápido crescimento econômico nos últimos anos, a China se tornou o maior consumidor de

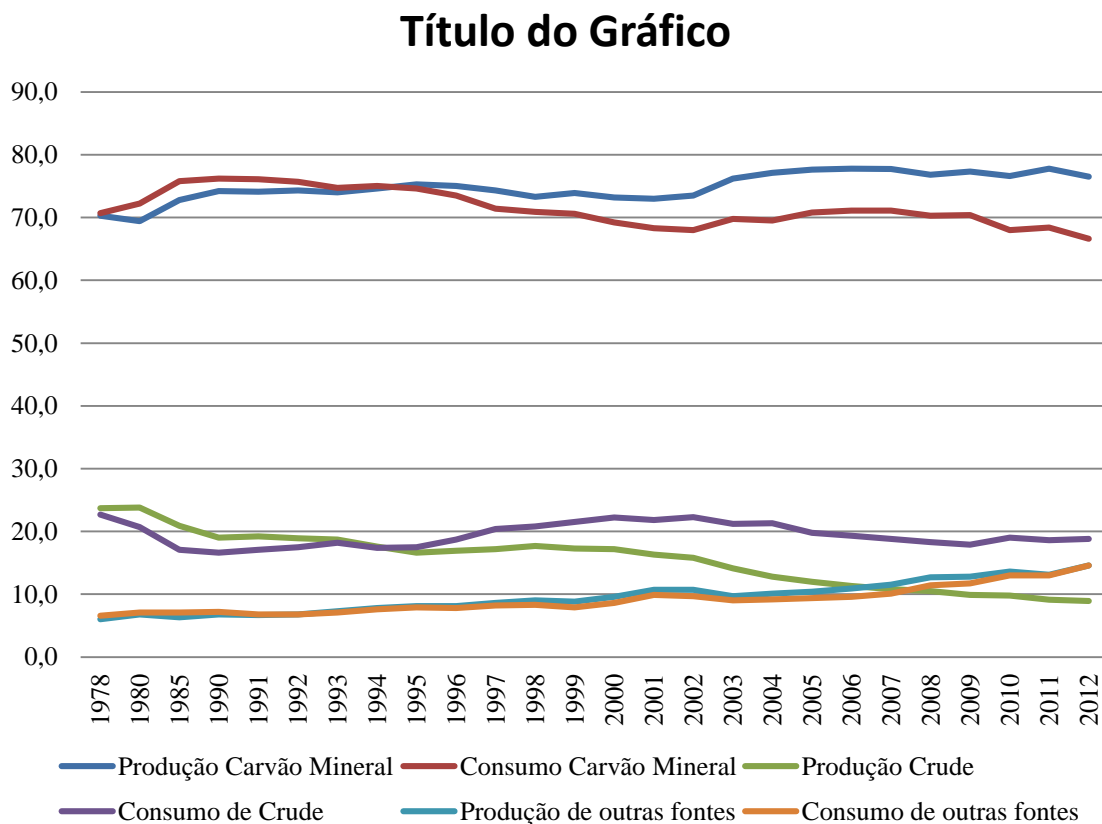
energia do mundo, segundo dados da EIA, e o segundo maior consumidor de petróleo, perdendo apenas para os EUA.

Tão elevada é a demanda chinesa por energia, que este tema já é agenda de segurança energética no país, uma vez que se consomem muito mais energias não renováveis que renováveis. Isto é, cedo ou tarde, os recursos tornar-se-ão escassos, ao ponto de não atender à crescente demanda.

Segundo dados do EIA, a maior parte da energia consumida na China é proveniente do carvão mineral, seguida do petróleo e energia hidrelétrica. Conforme gráfico abaixo, gerado a partir de dados do *China Yearbook* 2013, de todas as fontes de energia na China, o carvão mineral é o único que se produz mais que se consome atualmente.

As outras fontes – energia elétrica, gás natural e energia eólica – também apresentam certo equilíbrio. E, por fim, o petróleo é a principal fonte cujo consumo é muito maior que sua produção, em termos relativos.

**Gráfico 11: Consumo versus Produção de energia na China em porcentagem (%)**



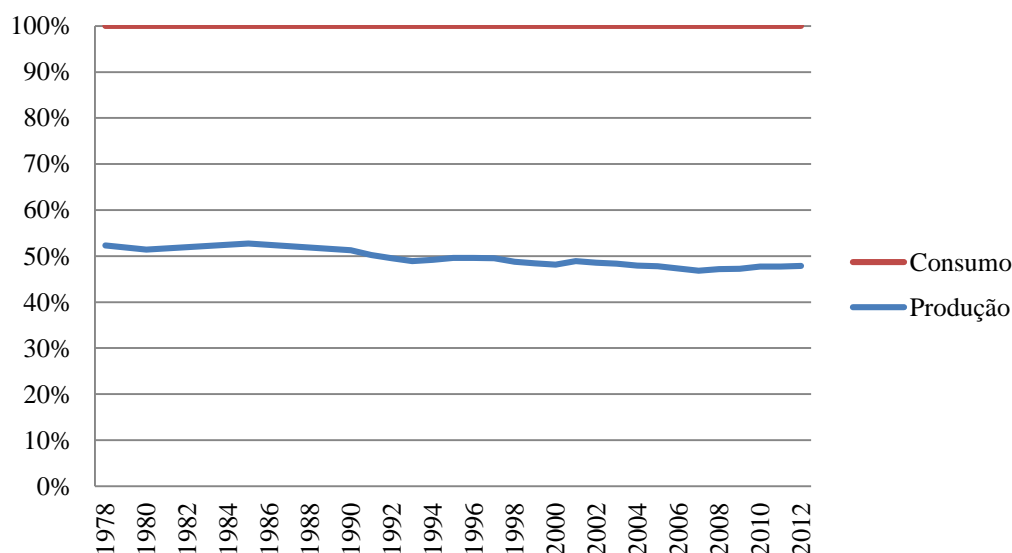
Fonte: Dados do *China Yearbook* 2013. \*Crude é petróleo bruto

Em 2011, segundo dados da *International Energy Agency* (IEA),

Coal supplied the vast majority (69%) of China's total energy consumption in 2011. Oil was the second-largest source, accounting for 18% of the country's total energy consumption. While China has made an effort to diversify its energy supplies, hydroelectric sources (6%), natural gas (4%), nuclear power (nearly 1%), and other renewables (1%) accounted for relatively small shares of China's energy consumption.<sup>23</sup> (China Overview)

Assim, na China se consome a maior parte da energia que se produz e o restante necessário é importado. No gráfico abaixo, note-se a diferença entre produção e consumo de energia no país, incluindo carvão mineral, petróleo bruto, gás natural e outras fontes – hidroelétrica, nuclear e eólica (Dados *China Yearbook* 2013):

**Gráfico 12: Consumo versus produção de energia na China**



Fonte: Dados do *China Yearbook* de 2013

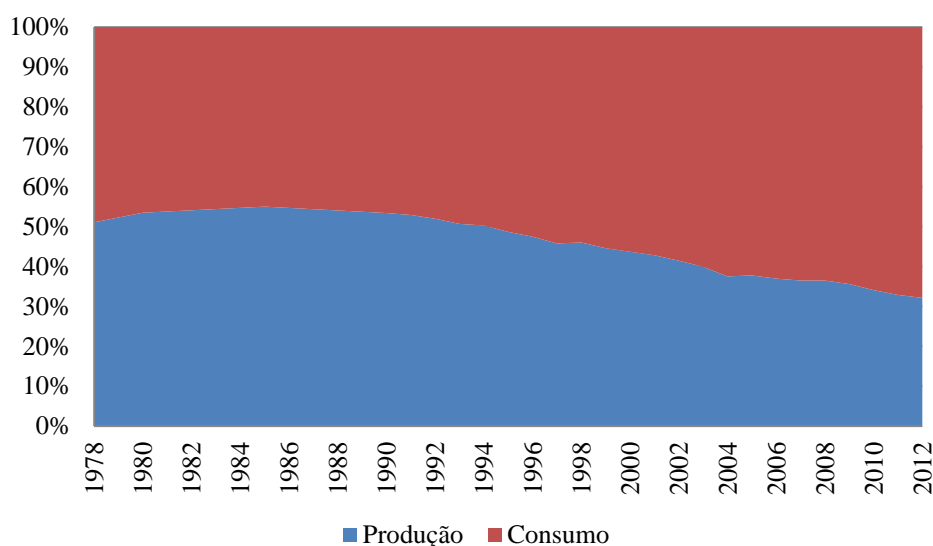
<sup>23</sup> O carvão supriu a grande maioria (69%) da necessidade energética da China em 2011. Petróleo foi a segunda maior fonte, contribuindo para 18% de toda a energia consumida no país. Enquanto a China se esforçou para diversificar suas fontes energéticas, energia hidrelétrica (6%), gás natural (4%), energia nuclear (1%) e outras fontes renováveis supriram apenas pequena parte da energia consumida no país.



#### 4.3.2.1 Consumo de petróleo na China

A produção de petróleo na China foi ultrapassada pela quantidade consumida em meados da década de 1980. Antes disso, a China chegou a ser exportadora da commodity. A evolução e diferença entre consumo e produção de petróleo na China são ilustradas no gráfico abaixo:

**Gráfico 13: Produção e consumo de petróleo na China**



Fonte: Dados do *China Yearbook* de 2013

Em 2009, segundo dados da IEA, a demanda de petróleo na China era de aproximadamente 8 milhões de barris por dia, ao passo que o volume produzido por dia no mesmo ano era inferior a 4 milhões de barris/dia. Ademais, especialistas afirmam que a tendência é que essa demanda seja crescente, conforme o seguinte trecho:

Under the assumptions of the New Policy Scenario (NPS) in the IEA's World Energy Outlook (WEO) 2011, China's primary oil demand would rise to 12.2 mb/d in 2020 and almost 15 mb/d in 2035.<sup>24</sup> (IEA).

<sup>24</sup> Sob o pressupostos do Cenário Nova Política (NPS) no Outlook do IEA World Energy (WEO) de 2011, a demanda de petróleo primário da China subiria para 12,2 mb / d em 2020 e quase 15 mb / d em 2035.

As futuras elevações na demanda por petróleo serão devidas, principalmente, à necessidade de combustíveis, como diesel e gasolina, para o setor de transportes. Este representará, segundo estatísticas do IEA, 65% da demanda de petróleo em 2035.

Atualmente, a utilização do petróleo por setor é classificada como na tabela abaixo, segundo dados do *China Yearbook* 2013:

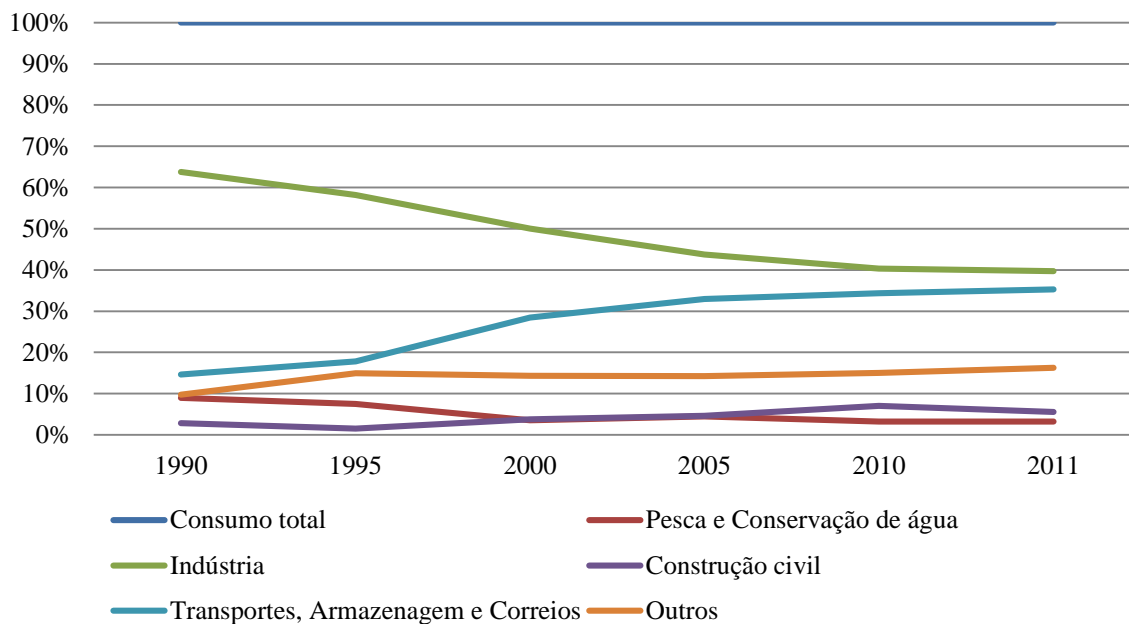
**Tabela 4: China - Consumo de petróleo por setor**

Petróleo - China - x 10 000 t						
Ano	1990	1995	2000	2005	2010	2011
Consumo total	<b>11485,6</b>	<b>16064,9</b>	<b>22495,9</b>	<b>32537,7</b>	<b>43245,2</b>	<b>45378,5</b>
Consumo por setor						
Agricultura, Silvicultura, Zootecnia	-	-	-	-	-	-
Pesca e Conservação de água	1033,6	1203,2	788,5	1451,7	1382,5	1466,3
Indústria	7321,6	9349,3	11248,5	14245,1	17448,8	18005,0
Construção civil	327,3	242,8	840,6	1502,2	3045,1	2521,8
Transportes, Armazenagem e Correios	1683,2	2863,6	6399,0	10709,5	14870,3	16021,0
Outros	1148,56	1606,49	2249,59	3253,77	4324,52	4537,85

Fonte: *China Yearbook* 2013

Do total consumido, a indústria ainda é responsável pela maior parcela, representando 40% deste consumo em 2011. Em seguida, o setor de transportes, com 35% e construção civil, com 6%. Estes dados estão representados no gráfico abaixo, que também indica o declínio da participação da indústria no consumo de petróleo e ascensão do setor de transportes.

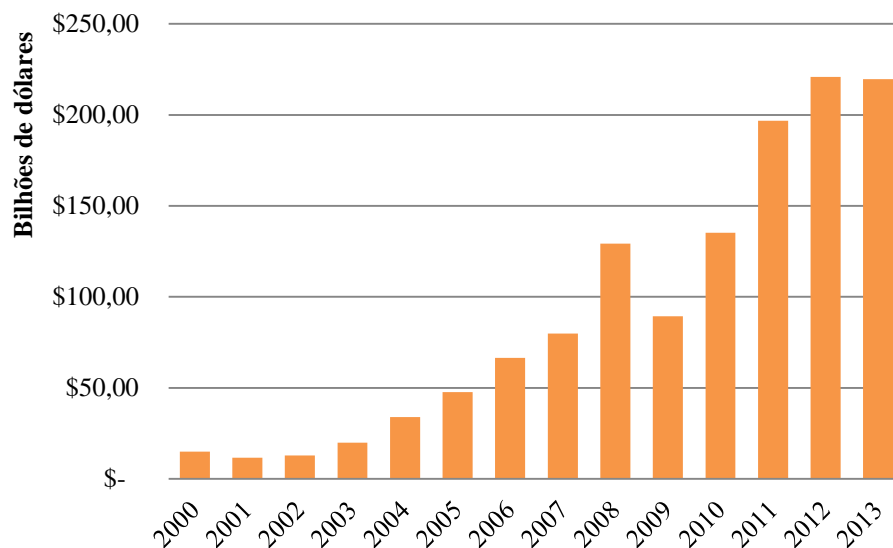
**Gráfico 14: Consumo de petróleo na China por setor**



Fonte: Dados do *China Yearbook* de 2013

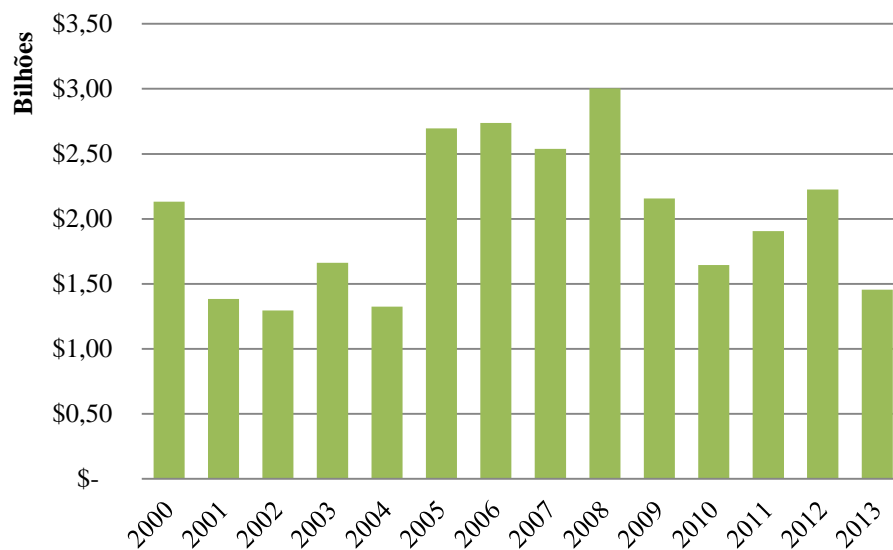
Entretanto, tendo em vista que a demanda por petróleo no país é maior que a produção interna, a China busca em outros produtores mundiais seus fornecedores, importando, logo, grande parte do petróleo consumido no país. Entre 2011 e 2012 o crescimento das importações de petróleo bruto foi de 7%, número que representa um salto nas importações de 5,1 milhões de barris por dia para 5,4 milhões. E, em 2013, segundo relatório do EIA, a China atingiu recorde de importações de petróleo – 5,6 milhões de barris/dia.

Abaixo, a ilustração gráfica da evolução das importações de petróleo/petróleo bruto (HS code 2709) pela China entre 2000 e 2013. No início do século, o volume importado de petróleo pela China não alcançava os 15 bilhões de dólares. Em 2013, esse valor chegou a quase 220 bilhões de dólares.

**Gráfico 15: Evolução das importações de petróleo bruto pela China**

Fonte: Dados do *Comtrade Database*

As exportações da commodity, por sua vez, não ultrapassam a casa dos 3 bilhões de dólares, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 16: Evolução das exportações de petróleo bruto pela China**

Fonte: Dados do *Comtrade Database*

Assim sendo, a balança comercial chinesa para esta commodity é, evidentemente, negativa. E, como exposto anteriormente, a China está forçada a buscar no mercado internacional fornecedores de petróleo.

Entre os principais fornecedores, estão países do Oriente Médio e África, e também Rússia e Venezuela. No ano de 2013, o principal fornecedor chinês de petróleo cru foi a Arábia Saudita, que já ocupa o primeiro lugar desde 2005. Em seguida, Angola, Iran, Oman e Rússia. Dentre os países africanos, Angola é o principal parceiro da China no comércio de petróleo, seguida da Nigéria.

Na tabela abaixo, os principais parceiros da China no fornecimento de petróleo bruto, segundo dados do Comtrade, no período de 2005 a 2013. Como pode ser observado, Angola ocupa a segunda posição durante todo o período, com sua participação oscilando entre 13 e 17% das importações chinesas de petróleo bruto.

Tabela 5: Principais fornecedores de petróleo para China

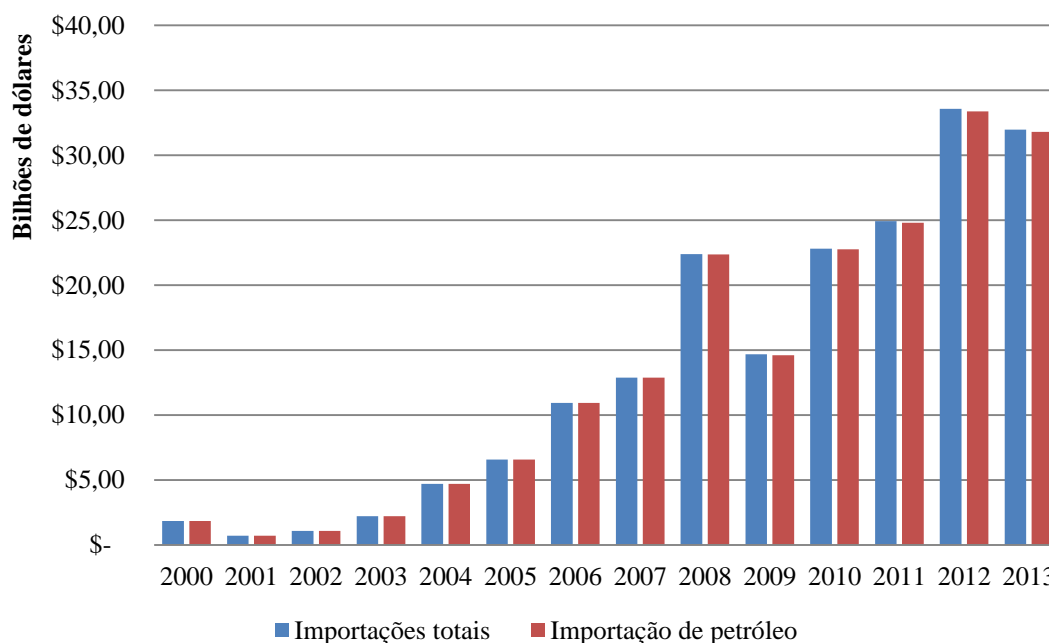
Period	Partner	Commodity Code	Trade Value (US)	Participação
<b>2005</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 47.722.764.303,00</b>	
2005	Saudi Arabia	2709	\$ 8.243.089.227,00	17%
<b>2005</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 6.575.939.442,00</b>	<b>14%</b>
2005	Iran	2709	\$ 5.309.518.970,00	11%
2005	Russian Federation	2709	\$ 4.958.784.927,00	10%
<b>2006</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 66.411.903.451,00</b>	
2006	Saudi Arabia	2709	\$ 11.033.638.243,00	17%
<b>2006</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 10.930.839.396,00</b>	<b>16%</b>
2006	Iran	2709	\$ 7.785.934.246,00	12%
2006	Russian Federation	2709	\$ 7.503.770.409,00	11%
<b>2007</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 79.858.328.656,00</b>	
2007	Saudi Arabia	2709	\$ 13.112.732.864,00	16%
<b>2007</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 12.879.534.443,00</b>	<b>16%</b>
2007	Iran	2709	\$ 10.453.414.479,00	13%
2007	Russian Federation	2709	\$ 7.219.545.520,00	9%
<b>2008</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 129.330.933.227,00</b>	
2008	Saudi Arabia	2709	\$ 25.815.459.076,00	20%
<b>2008</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 22.358.967.995,00</b>	<b>17%</b>
2008	Iran	2709	\$ 15.765.832.697,00	12%
2008	Oman	2709	\$ 11.245.313.217,00	9%
<b>2009</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 89.255.586.690,00</b>	
2009	Saudi Arabia	2709	\$ 18.922.893.211,00	21%
<b>2009</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 14.599.867.180,00</b>	<b>16%</b>
2009	Iran	2709	\$ 9.802.270.997,00	11%
2009	Russian Federation	2709	\$ 6.613.853.066,00	7%
<b>2010</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 135.299.673.339,00</b>	
2010	Saudi Arabia	2709	\$ 25.538.596.067,00	19%
<b>2010</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 22.748.976.857,00</b>	<b>17%</b>
2010	Iran	2709	\$ 12.070.150.447,00	9%
2010	Oman	2709	\$ 9.097.160.559,00	7%
<b>2011</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 196.770.604.891,00</b>	
2011	Saudi Arabia	2709	\$ 39.015.427.640,00	20%
<b>2011</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 24.809.999.280,00</b>	<b>13%</b>
2011	Iran	2709	\$ 21.820.145.145,00	11%
2011	Russian Federation	2709	\$ 16.322.977.122,00	8%
<b>2012</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 220.793.843.089,00</b>	
2012	Saudi Arabia	2709	\$ 44.165.045.207,00	20%
<b>2012</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 33.373.390.248,00</b>	<b>15%</b>
2012	Russian Federation	2709	\$ 20.485.270.871,00	9%
2012	Iran	2709	\$ 17.800.741.137,00	8%
<b>2013</b>	<b>World</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 219.660.366.018,00</b>	
2013	Saudi Arabia	2709	\$ 42.368.087.201,00	19%
<b>2013</b>	<b>Angola</b>	<b>2709</b>	<b>\$ 31.808.646.588,00</b>	<b>14%</b>
2013	Oman	2709	\$ 19.932.095.656,00	9%
2013	Russian Federation	2709	\$ 19.742.628.301,00	9%

Fonte: Dados do *Comtrade Database*

O comércio de petróleo entre Angola e China, neste sentido, forma o elo comercial entre os dois países. Angola é um dos maiores fornecedores de petróleo para China; e a China é um dos principais fornecedores de bens para Angola.

Entretanto, como pôde ser observado no gráfico 9, o fluxo de exportações de Angola para a China é muito maior que o fluxo contrário. Isto é, as importações chinesas provenientes de Angola são mais significativas em volume e valores. Mas a composição das importações chinesas provenientes de Angola é, quase em sua totalidade, de petróleo bruto, como pode ser observado no gráfico abaixo:

**Gráfico 17: Composição das importações chinesas provenientes de Angola**



Fonte: Dados do *Comtrade Database*

Deste modo, o comércio de petróleo entre China e Angola faz deste país o principal parceiro da China na África Subsaariana. Esse padrão reflete as mudanças no cenário internacional em termos de consumo de energia e sua produção, transformações responsáveis pela atual posição de ambos os países um em relação ao outro.

Não se pode, contudo, superestimar a relação comercial que se constituiu tendo o petróleo como principal elo. Isso porque o papel representado pela China em Angola vai além: o país é fundamental ator no processo de reconstrução de Angola após o término da Guerra Civil

no país que durou mais de 20 anos. Esta outra perspectiva das relações sino-angolanas será abordada na próxima seção deste trabalho.

#### 4.4 FLUXO DE INVESTIMENTOS CHINESES EM ANGOLA

O crescimento chinês e a conseqüente necessidade de recursos para sua manutenção levaram a China, no início deste século, a expandir seus investimentos através de suas fronteiras nacionais. Isto é, muitas empresas chinesas estão se instalando em outras partes do mundo, expandindo seu capital, a fim de gerar mais lucros e garantir o suprimento de recursos naturais e matérias-primas indispensáveis ao funcionamento da máquina chinesa.

A maior parte dos investimentos chineses fora do país se dá em forma de investimentos diretos externos e contam com o apoio do governo. Em sua maioria, são empresas do setor extrativista e também da construção civil.

Segundo Ribeiro (2010), a ampliação dos IDEs chineses em diversos países está estritamente vinculado à estratégia do governo chinês quando foram lançadas as reformas econômicas. Para a autora:

No início da década de 90 o governo chinês define claramente que o objetivo das reformas econômicas era estabelecer um sistema de economia de mercado, baseada da estratégia de utilização de dois tipos de recursos e dois tipos de mercado, ou seja, recursos domésticos e externos, e também o mercado doméstico e internacional, como instrumentos de desenvolvimento da economia nacional. Após essa postura mais clara do governo em relação à importância do mercado externo, muitos governos locais e empresas foram estimulados a investir fora do país. Em 1992 os IDEs somavam um total de 913 milhões, em 1994 o total já passava de 4 bilhões de IDEs. (RIBEIRO, 2010, p. 24)

Em decorrência deste movimento, as empresas chinesas estão entre o grupo de companhias multinacionais que mais se expandem e investem em mercados estrangeiros. O principal destino dos IDEs chineses estão na própria Ásia. Entretanto, a preferência atual é por mercados em desenvolvimento, como América Latina e África e dentre os países em desenvolvimento, países africanos merecem destaque, segundo Ribeiro, pois o crescimento do anual dos IDEs em direção a eles tem sido muito significativo.

Na tabela abaixo, pode-se observar que dentre os países em desenvolvimento, a África ainda representa pequena parcela dos IDEs chineses. Porém, nos principais destinos dos



IDEs chineses na África – Angola, República Democrática do Congo, Moçambique, Nigéria, Zâmbia e Zimbábue – o crescimento dos mesmos foi muito expressivo nos últimos anos, com destaque para o Zimbábue, que em 2010 recebeu apenas 34 milhões de dólares em IDEs, mas recebeu 440 milhões em 2011 e 287 milhões em 2012, com aumento de 744% nestes dois anos.

**Tabela 6: Fluxo de IDEs chineses para a África**

Fluxo de IDE Chinês - milhões de dólares	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento de 2010 para 2012
<b>Países em desenvolvimento</b>	2605	5065	11216	16565	22891	52055	48780	56736	60034	70017	<b>23%</b>
<b>África</b>	75	317	392	520	1574	5491	1439	2112	3173	2517	<b>19%</b>
<b>Participação</b>	3%	6%	3%	3%	7%	11%	3%	4%	5%	4%	
<b>Angola</b>				22	41	-10	8	101	73	392	<b>288%</b>
				4%	3%	0%	1%	5%	2%	16%	
<b>República Democrática do Congo</b>		12	5	37	57	24	227	236	75	344	<b>46%</b>
		4%	1%	7%	4%	0%	16%	11%	2%	14%	
<b>Moçambique</b>		1	3		10	6	16		20	231	
		0%	1%		1%	0%	1%	0%	1%	9%	
<b>Nigéria</b>	24	46	53	68	390	163	172	185	197	333	<b>80%</b>
	32%	15%	14%	13%	25%	3%	12%	9%	6%	13%	
<b>Zâmbia</b>	6	2	10	87	119	214	112	75	292	292	<b>289%</b>
	8%	1%	3%	17%	8%	4%	8%	4%	9%	12%	
<b>Zimbábue</b>		1	1	3	13	-1	11	34	440	287	<b>744%</b>
		0%	0%	1%	1%	0%	1%	2%	14%	11%	

Fonte: UNCTAD

Os investimentos chineses em países africanos são, deste modo, cada vez mais comuns. E a principal razão pela qual multinacionais chinesas se instalam em países africanos é o interesse chinês pelos recursos que aqueles podem oferecer, principalmente petróleo. Segundo Oliveira (2008),

[...]é sobretudo na África (Sudão, Angola, Argélia e outros) que as três maiores estatais chinesas do petróleo: CNPC (China National Petroleum Corporation); CNOOC (China

National Offshore Oil Corporation); e SINOPEC (China Petroleum and Chemical Corporation) vêm tendo êxito. Dezenas de acordos de comércio e investimentos foram assinados em função do trabalho dessas companhias, e em 2005 a China importou 38 milhões de toneladas de petróleo da África, 30% de todo o petróleo importado pelo país. (Amaury porto de Oliveira, 2008, p. 27)

Em contrapartida, o governo chinês incentiva a instalação de empresas chinesas do setor da construção civil, principalmente, a fim de atuar na construção e reconstrução de infraestruturas nos países africanos. Os principais projetos estão relacionados à construção de estradas, ferrovias, hospitais, escolas, obras de saneamento e melhoria na distribuição de energia elétrica e serviços de telecomunicações.

No caso de Angola, não é diferente: a presença chinesa tem as mesmas características. Ou seja, a fim de garantir que Angola possa fornecer o petróleo necessário à China e manter a posição de maior exportador da commodity da África Subsaariana para o país asiático, além de incentivar a instalação de empresas chinesas no país, a China oferece diversos benefícios a Angola, principalmente investimentos em infraestrutura, necessários para a reconstrução do país, que ficou devastado após os anos de guerra Civil. Nas palavras de Hanson (2008):

In Angola, which exported roughly 465,000 barrels of oil per day to China in the first six months of 2007, Beijing secured a major stake in future oil production in 2004 with a \$2 billion package of loans and aid that includes funds for Chinese companies to build railroads, schools, roads, hospitals, bridges, and offices; lay a fiber-optic network; and train Angolan telecommunications workers.<sup>25</sup> (HANSON, 2008, p. 2)

Este “pacote de crédito” de 2 bilhões de dólares é um empréstimo do *Eximbank* chinês à Angola, que requer como contrapartida o fornecimento de petróleo de Angola para a China, e por isso é chamado, em inglês, de *oil backed loan*. Tal empréstimo é destinado ao governo angolano, mas principalmente às empresas chinesas presentes em Angola, para a reconstrução do país.

As obras mais importantes e já iniciadas no país são, segundo Vines (2007), a ferrovia que liga Benguela ao porto de Lobito, a refinaria de Lobito, o novo aeroporto de Luanda

---

<sup>25</sup> Em Angola, que exportou cerca de 465 mil barris de petróleo por dia para a China nos primeiros seis meses de 2007, Pequim angariou uma importante participação na futura produção de petróleo quando em 2004 contribuiu com um pacote de US \$ 2 bilhões em empréstimos e ajuda ao país que inclui fundos para empresas chinesas para construir ferrovias, escolas, estradas, hospitais, pontes e escritórios; estabelecer uma rede de fibra óptica; e treinar os trabalhadores de telecomunicações angolanas.

e outras ferrovias e construção de edifícios para o governo. Porém, a linha de crédito envolve muitos outros projetos, divididos em duas fases, segundo Campos e Vines (2008).

Na primeira fase, em 2004, havia 50 projetos para todo o país, avaliados em 1,1 bilhões de dólares. Os principais projetos eram: a reabilitação de 371 quilômetros da estrada entre Luanda e Uíge; na área da saúde, a reabilitação e ampliação de hospitais e centros de saúde; na área da educação, reabilitação de escolas secundárias e escolas politécnicas; no setor de agricultura, aquisição de maquinário e reabilitação de sistemas de irrigação em Luena, Caxito, Gandjelas e Waco-Kungo.

Em sua segunda fase, em 2007, foram assinados mais 17 contratos envolvendo mais 52 projetos. O objetivo do segundo ciclo seria concluir os projetos não finalizados na primeira fase, mais aqueles programados para a segunda etapa. Apesar de permanecer como prioridade qualquer projeto destinado à educação, investimentos deveriam ser destinados também ao setor de pesca e aos projetos voltados para as telecomunicações.

Mas, segundo Aguilar e Goldstein (2008), tais investimentos, tão necessários à reconstrução de Angola, foram negados pelas instituições financeiras internacionais após a Guerra Civil, pois o país não atendia aos requisitos necessários para receber apoio financeiro. Para Campos e Vines 2008,

Relations between the international financial institutions and Angola had been poor for years. The recurrent episodes of hyperinflation and stabilization had prevented any lasting accord with the IMF. Relations with the World Bank were also limited to emergency and humanitarian assistance projects in the absence of an agreed framework with the IMF. At the end of the war in 2002, the IMF and many Western donors wanted Angola to negotiate a staff-monitored program (SMP) and show good performance for three trimesters before being eligible to receive financial support. An SMP would give credibility to Angola's economic policies and open the way for a donor conference to raise funds to rebuild the country. However, the Angolan government felt it could not agree to IMF conditionalities, and after multiple rounds of consultations they announced that they would no longer seek to conclude an IMF agreement.<sup>26</sup> (CAMPOS E VINES, 2008, p. 18)

---

<sup>26</sup> As relações entre as instituições financeiras internacionais e Angola têm sido precárias há anos. Os episódios recorrentes de hiperinflação e estabilização impediram qualquer acordo duradouro com o FMI. Relações com o Banco Mundial também foram limitadas a projetos de emergência e de assistência humanitária, devido à ausência de um quadro acordado com o FMI. No final da guerra, em 2002, o FMI e muitos investidores ocidentais queriam Angola para negociar um *staff-monitored program* (SMP) e mostrar um bom desempenho para três trimestres antes de ser elegível para receber apoio financeiro. Um SMP daria credibilidade à política econômica de Angola e abriria o caminho para uma conferência de doadores para angariar fundos para a reconstrução do país. No entanto, o governo angolano sentiu que não poderia concordar com as condicionalidades do FMI, e depois de várias rodadas de consultas eles anunciaram que deixariam de tentar celebrar um acordo com o FMI.

Neste sentido, os empréstimos provenientes da China foram possíveis porque acompanham duas únicas condicionalidades: fornecimento de petróleo e o não reconhecimento de Taiwan. Ou seja, diferentemente de empréstimos provenientes de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial, a China não requer que Angola, ou outros países que recebem seus empréstimos, atendam às premissas do Consenso de Washington, além de sua própria condição de não reconhecimento de Taiwan.

Ademais, as elites e o governo, que segundo Taylor (2006) se enquadra no padrão de regimes africanos opressivos e ditatoriais, apreciam a postura chinesa de não interferência nos assuntos internos do país e, igualmente, as condições de pagamentos dos empréstimos chineses são mais flexíveis. De acordo com Taylor,

Because of Luanda's mal governance, the IMF was determined to include transparency measures to curb corruption and improve economic management. However, as the IMF pressed for agreement, the Angolan government suddenly stopped negotiations. The reason for this was that Luanda had received a counteroffer of a \$2 billion loan from China's export-credit agency, EximBank. The deal came with an interest rate repayment of 1.5 per cent over 17 years and was tied to an agreement to supply at first 10,000 barrels per day of crude oil, increasing later to 40,000 barrels per day, as well as the award of substantial construction contracts.<sup>27</sup> (Taylor, 2006, p. 947)

De fato torna-se mais atrativo para o governo de Angola manter relações comerciais e diplomáticas com a China. As condições impostas tanto por Angola quanto pela China são mais maleáveis que aquelas das instituições de *Bretton Woods* e os ganhos provenientes das relações sino-angolanas também são satisfatórios para ambas as partes.

O resultado das relações sino-angolanas até o momento tem sido positivo desde um ponto de vista geral. O crescimento econômico chinês e o fornecimento de parte do petróleo que a China demanda por Angola têm sido promotores de um crescimento econômico sem precedentes em Angola. Como visto anteriormente, o PIB de Angola a partir dos anos 2000 apresentou variações muito satisfatórias – de menos de 20 bilhões em 2000 para 160 bilhões de dólares em 2012 (ver gráfico 10).

---

<sup>27</sup> Por causa da mal governança de Luanda, o FMI estava determinado a incluir medidas de transparência para combater a corrupção e melhorar a gestão econômica. No entanto, como o FMI pressionara por um acordo, o governo angolano de repente decidiu para com as negociações. A razão para isso foi que Luanda havia recebido uma contraproposta de um empréstimo de 2 bilhões de dólares da agência de crédito à exportação da China, o Eximbank. O acordo veio acompanhado de uma proposta de pagamento a uma taxa de juros de 1,5% ao longo de 17 anos e foi amarrado a um contrato de fornecimento de 10 mil barris de petróleo bruto por dia, inicialmente, aumentando depois para 40 mil barris por dia, e também da adjudicação de contratos de construção substanciais.

Desde o ponto dos interesses de Angola, as relações sino-angolanas também foram o pivô da reconstrução do país que havia sido devastado com a Guerra Civil. Estradas, prédios públicos, hospitais, escolas e ferrovias foram levantados no país. Estas obras, no médio e longo prazo, farão parte de um possível desenvolvimento socioeconômico no país, possibilitando a intensificação de seu comércio, ampliação da demanda interna bem como fornecimento de outros produtos que não o petróleo através da diversificação produtiva, acesso da população à saúde e educação, entre outros benefícios.

Neste sentido, ademais de as relações com a China serem mais atrativas para Angola frente às alternativas ocidentais, tais relações podem ser caracterizadas como um casamento de conveniência entre os dois países, como concluído por Corkin (2011). A autora defende que há sim parceria estratégica entre as economias, mas mais do que isso, que as relações são economicamente favoráveis para ambas as partes, gerando de fato um casamento de conveniência, e que é este o real motivo pelo qual as relações sino-angolanas se mantêm.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1980 a China vem experimentando um processo de crescimento econômico e evolução de sua cadeia produtiva. Este fenômeno é, em grande parte, devido às reformas econômicas implementadas pela China na década de 1970, sob a liderança de Deng Xiaoping. Os resultados das reformas são, por exemplo, o fortalecimento do mercado e da demanda interna, a elevação do nível de renda da população, aumento das reservas cambiais, redução da pobreza no campo, dinamização da indústria e da atividade exportadora e promoção e incentivos para empresas chinesas que se arriscassem no ultramar, a fim de gerar rendimentos provenientes de investimentos diretos externos para o país.

Entretanto, junto ao crescimento econômico, houve elevação da demanda interna por insumos para a indústria, matérias-primas em geral e alimentos. Demanda esta que não pôde ser suprida pela produção interna, tendo em vista o esgotamento de recursos provocado pelo modelo de crescimento adotado e as características geográficas e climáticas chinesas não favoráveis.

Como é sabido, o continente africano é, em geral, grande produtor de commodities e recursos naturais, principalmente petróleo e outros minerais essenciais para o funcionamento dos setores industriais. Nos últimos anos, por exemplo, a África tem sido responsável por 10% da produção mundial de petróleo.

A presença chinesa na África tem como principal característica, deste modo, a busca chinesa por recursos naturais e matérias-primas necessárias para manutenção da máquina chinesa. Isto é, a China, incapaz de produzir internamente os insumos que demanda para manter seu acelerado crescimento econômico, expansão da indústria e de seu mercado interno, a partir dos anos 2000 intensificou a importação de bens necessários e estreitou relações com seus fornecedores, em sua maioria países em desenvolvimento, sobretudo, países africanos.

Porém, dentre os países africanos parceiros da China, Angola é o mais expressivo, pois o país está entre os principais fornecedores de petróleo para o país asiático, ocupando a segunda posição desde o ano de 2005. Neste quesito, Angola está atrás apenas da Arábia Saudita, que é um dos maiores produtores de petróleo no mundo.

Logo, as relações sino-angolanas são mais significativas desde o ponto de vista das relações comerciais com a China e, também, relações financeiras através do recebimento de

Investimentos Diretos Externos. Estes investimentos são direcionados, principalmente, ao setor petrolífero e também da construção civil.

No setor petrolífero, os IEDs são provenientes de petroleiras chinesas que tentam, junto a SONANGOL, participar da exploração de petróleo nos diversos campos existentes em Angola. E, no setor da construção civil, as empresas chinesas incentivadas a investir no país são responsáveis pela reconstrução de Angola, através da criação e melhoria de rodovias no país, ferrovias, prédios públicos, hospitais, escolas, sistemas de irrigação no campo, entre outros. Neste sentido, desde um ponto de vista geral, as relações sino-angolanas são positivas para ambas as partes: a China tem acesso aos recursos necessários para manutenção do crescimento econômico e Angola começa a ser reconstruída após 27 anos da Guerra Civil que devastou o país.

O PIB de Angola, por exemplo, passou de cerca de 12 bilhões para 115 bilhões de dólares no período de 10 anos – 2002 a 2012. Além disso, as exportações de petróleo bruto e seus derivados, além de outras atividades relacionadas à extração e comercialização desta commodity, são responsáveis por cerca de 80% das receitas do governo angolano, segundo dados da *U.S. Energy Information Administration*, citado anteriormente.

Concomitante à evolução do PIB, as exportações de petróleo bruto por Angola saltaram de um volume de 12 bilhões de dólares em 2002 para 46 bilhões em 2012, registrando recorde de 56 bilhões de dólares provenientes das exportações da commodity em 2008. Essa evolução foi acompanhada, também, pela elevação do comércio entre Angola e China, que no mesmo período passou de aproximadamente, 1,5 bilhões para mais de 33 bilhões de dólares. Em 2012, por exemplo, dos 46 bilhões de dólares em petróleo exportados por Angola, mais de 33 bilhões foram importados pela China, o que corresponde a 70% do total.

Logo, infere-se, até aqui, que a China pode ter funcionado como propulsor do crescimento angolano nos últimos anos, fator que confirma a tese de Arrighi (2008) citada na introdução deste trabalho: a transferência da dinâmica do capitalismo mundial dos Estados Unidos para a Ásia Oriental no início deste século. Entretanto, cabe ressaltar que isso não significa dizer que há redução do poder ocidental na economia mundial, mas sim afirmar que o crescimento vivenciado pelos países da Ásia Oriental, em especial pela China, seria e é, em grande parte, responsável pela intensificação das relações Sul-Sul e pelo crescimento e desenvolvimento de economias que até então não gozavam dos benefícios do sistema capitalista.

Evidentemente, o crescimento do PIB de Angola e de seu volume de comércio nos últimos anos não podem *per se* mensurar se houve ou não desenvolvimento socioeconômico no país. Como exemplos, tem-se a expectativa de vida em Angola que ainda é de 51 anos de idade, muito abaixo da média dos países em desenvolvimento, e a mortalidade infantil, que ainda alcança os 10%.

Ademais, existem outras questões que merecem ser pontuadas e abordadas de melhor maneira, a fim de compreender o real benefício da presença chinesa em Angola. Entre elas:

- a) A falta de diversificação econômica em Angola: as exportações angolanas dependem quase exclusivamente da commodity; o PIB é composto, em cerca de 80% pelas receitas provenientes da economia petrolífera; e os outros setores são pouco explorados no país.
- b) Os efeitos negativos para pequenos agricultores: este é um dos setores que menos se beneficia de qualquer crescimento econômico em Angola. E a maioria da população angolana vive da agricultura familiar.
- c) A mão de obra empregada nas obras de reconstrução em Angola é, em sua maioria, formada por chineses expatriados para trabalhar em países africanos. Logo, não há significativo aumento da taxa de emprego para angolanos no país.
- d) Há grande concentração de riqueza em Luanda e grandes regiões: os pequenos povoados mais ao interior do país têm pouco acesso aos recursos provenientes da presença chinesa.
- e) A falta de condicionalidade para a presença e investimentos chineses serve como máquina de manutenção de governos muito centralizados, que não são sancionados por violações de direitos humanos – desde movimentos repressivos quanto à falta de *accountability* por parte do Estado.
- f) Transferência de know-how e tecnologia: uma vez que a maioria das grandes empresas presentes em Angola atualmente são da China e que estas empregam tecnologia e mão de obra chinesa, não parece haver, de fato, transferência de know-how e tecnologia para Angola, a fim de que este país esteja hábil a sustentar seu crescimento em caso de que, supostamente, os laços com a China sejam rompidos.



Portanto, apesar de a China atuar como propulsora do crescimento econômico em termos de elevação da renda nacional e participar ativamente das relações comerciais de Angola, sendo o maior mercado para todo o petróleo que Angola exporta, as relações sino-angolanas podem ser caracterizadas como um casamento de conveniência. De um lado, a China que assegura seus interesses na obtenção dos recursos necessários para manutenção de seu motor de crescimento; e de outro, Angola, que vivenciou um incremento sem precedentes de sua economia e suas exportações, mas que, sobretudo, recebe os investimentos necessários para sua reconstrução após os anos de Guerra Civil.

## REFERÊNCIAS

- ANGOLA: Rise of a new African superpower:. **African Business**, [s. L.], p.48-63, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.minbos.com/assets/documents/mediaresearch/pages48-63-from-ab0612.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.
- AGUILAR, Renato; GOLDSTEIN, Andrea. The Chinisation of Africa: The Case of Angola: **The World Economy** (ed D. Greenaway), Wiley-Blackwell, Oxford, UK, 2009.
- ALVES, André Gustavo Miranda Pineli.Os interesses econômicos da China na África. In: **IPEA. Boletim de Economia e Política Internacional**, n.1, 2010, p.25-32.
- ALVES, Duarte. A presença chinesa em África: o caso de Angola. In: **Negócios Estrangeiros**. fevereiro/2007, pp. 56-71.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- Banco Central do Brasil. **Conversão de Moedas**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>>. Acesso em: 25 set. 2014.
- BANCO MUNDIAL. **World DataBank**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2014.
- BLACK, Clarissa. Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI: **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v.40, n.2, p. 67-78, 2013.
- CACUTO, Jorge Francisco. Angola pós-independente: implicações econômicas da herança colonial: **Economia & Pesquisa**, Aracatuba : v. 3, n. 3, p. 22-39.
- CAMPOS, Indira, VINES, Alex. Angola and China: A Pragmatic Partnership: **Center for Strategic &International Studies**, Londres, 2008.
- CORKIN, Lucy. China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience? **Angola Brief**, January 2011, Vol. 1, No.1. Disponível online em <<http://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>>. Acesso em 2 nov. 2014.
- FURTADO, Marco Antonio Tourinho. Economia chinesa para principiantes. 2012. Disponível em: <<http://www.em.ufop.br/chinabrasil/EconomiaChinesaParaPrincipiantes.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- HANSON, Stephanie. China, Africa, and oil. In: **Council on Foreign Relations**. junho, 2008.
- HELBLING, T, MERCER-BLACKMAN, V. CHENG, K. Commodities Boom Riding a Wave. **Finance and Development**, v.45, n.1, mar 2008.

MEDEIROS, C. A. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. **Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/42/g19.pdf>>. Acesso em 20 out. 2014.

MORRISON, Wayne. China's Economic Conditions. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/194783.pdf>> Acesso em 30 set. 2014.

National Bureau of Statistics of China. **China Yearbook 2013**. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2013/indexeh.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política africana da China. In: África - Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: o Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Perfil da China**. Disponível em: <[http://webservices.wto.org/resources/profiles/TP/ZZ/2013/CN\\_e.pdf](http://webservices.wto.org/resources/profiles/TP/ZZ/2013/CN_e.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

OURIQUES, H.R. As relações econômicas entre China e África. In: **Carta Internacional**, 2014 [Artigo aceito para publicação, no prelo]

PAUTASSO, Diego. A economia política internacional da China para Angola e os caminhos da transação sistêmica: **Século XXI**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan./dez. 2010.

Portal Oficial do Governo de Angola (Ed.). **História de Angola**. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2014.

PRATES, Daniela M. A alta recente dos preços das commodities: **Revista de Economia e Política**, v.27, n.3, p. 323-344, 2007.

RIBEIRO, Valeria Lopes. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico: **OIKOS**, Vol 9, No. 2, Rio de Janeiro, 2010, p. 13-35.

TAYLOR, Ian. China's Oil Diplomacy in Africa: **International Affairs**, v. 82, n. 5, 2006, p. 937-959. Disponível em <[http://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/International%20Affairs/2006/inta\\_579.pdf](http://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/International%20Affairs/2006/inta_579.pdf)> Acesso em 28 de set. 2014.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: <[atlas.media.mit.edu](http://atlas.media.mit.edu)> Acesso em: 10 out. 2014

UNCTAD. **Fluxo de Investimentos Diretos Externos Chineses**. Disponível em: <[http://unctad.org/Sections/dite\\_fdostat/docs/webdiaeia2014d3\\_CHN.pdf](http://unctad.org/Sections/dite_fdostat/docs/webdiaeia2014d3_CHN.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2014.

U.S. Energy Information Administration. **Countries**. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/>>. Acesso em: 25 out. 2014.

VINES, Alex. *China in Africa: a mixed blessing?:* **Current History** v. 106, p. 213-219, maio, 2007.

World Bank. 2006. *Angola - Oil, broad-based growth, and equity - country economic memorandum*. Washington, DC: World Bank.

<http://documents.worldbank.org/curated/en/2006/10/7151834/angola-oil-broad-based-growth-equity-country-economic-memorandum>

ZHU, Xiaodong. Understanding China's Growth: Past, Present and Future: **Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 4, 2012, p. 103-124. Disponível em <

<http://homes.chass.utoronto.ca/~xzhu/paper/JEP2012.pdf>> Acesso em 3 out. 2014.